

DECLARAÇÃO AMBIENTAL 2021



BASE AÉREA N. 05
MONTE REAL
FORÇA AÉREA PORTUGUESA



EMAS

GESTÃO
AMBIENTAL
VERIFICADA
PT-000115



DECLARAÇÃO AMBIENTAL 2021

Relativo ao período de 01JAN19 a 31DEZ21.

Ano de publicação: 2022



Mensagem do Comandante da Base Aérea N.º5

Como Comandante da Base da Aviação da Caça, é com enorme satisfação que testemunho o fecho de mais um ciclo EMAS na Base Aérea N.º5 (BA5), recheado de objetivos concretizados, metas alcançadas e de marcos relevantes, que evidenciam a visão de um desempenho assente na credibilidade na ação à velocidade de relevância, que tão bem caracteriza a equipa da BA5.

Pese embora os inúmeros constrangimentos estruturais, materiais, financeiros e humanos, agravados por um ambiente adverso pandémico que se prolonga desde 2020, e que tem testado a nossa resiliência e a nossa capacidade, conseguimos concretizar alguns projetos relevantes, reforçar relações com as partes interessadas, controlar ativamente os aspetos ambientais significativos e assegurar o cumprimento das obrigações de conformidade, que traduzem o forte compromisso ambiental da Unidade.

Este ano, em que alcançamos a marca histórica das 100.000 horas de voo no F-16, em 28 anos de emprego operacional, reforçámos a nossa consciencialização face às interações negativas inerentes à defesa dos céus nacionais, assumindo claramente que temos o dever de compensar o Ambiente na mesma medida.

A transição energética que se assiste nesta Unidade, já resultou na redução significativa das emissões dos gases de efeito de estufa, sendo que esta tendência será mantida no presente ano, tendo em conta os projetos que se encontram em desenvolvimento. São exemplos disso o estudo de viabilidade da utilização de biocombustível de última geração, num conjunto alargado de viaturas e equipamentos de apoio à operação, bem como a candidatura para melhoria da eficiência energética do edifício da Messe da Unidade, no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

É, para nós, claro que a Defesa da nossa população, garantindo a soberania, a independência nacional e a integridade territorial, não se obtém sem incluir as questões ambientais. Foi com esta visão que seguimos o nosso plano de voo ambiental – O Plano Estratégico de Sustentabilidade Ambiental (PESA BA5) – aprovado em junho do ano transato, que estabelece as principais linhas para a Sustentabilidade Ambiental conduzindo-nos para o cumprimento cabal da missão de forma cada vez mais livre de carbono, através da descarbonização das atividades, da promoção da utilização eficiente de recursos e do incentivo para projetos de investigação e desenvolvimento.

A excelência e notoriedade do compromisso ambiental de Monte Real encontram-se também espelhadas nas distinções e reconhecimentos atribuídos por terceiros, como foi o caso da atribuição do 27º Prémio Defesa Nacional e Ambiente, lançado pelos Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente e da Ação Climática, com a candidatura “A Base para a Neutralidade Carbónica” a conseguir o primeiro lugar, assim como do 2º Prémio Nacional de Sustentabilidade, promovido pelo Jornal de Negócios, onde a candidatura “A des-CO₂-lagem da Base Aérea 5” integrou a lista dos finalistas.

Mas, acima de tudo, o que me deixa com mais orgulho é o esforço, o empenho e a dedicação de todos os militares e civis que constituem um referencial que eleva ainda mais o prestígio e o reconhecimento público desta Unidade, sendo esta mais uma prova da competência, confiança e credibilidade presentes no nosso código genético, e que irrepreensivelmente ilustra o nosso lema "Alcança quem não cansa".



Índice

1.			
Âmbito do Registo	1	4.	Sistema de Gestão Ambiental 17
		4.1. Planeamento	19
		4.2. Implementação e Operação	19
		4.3. Verificação	20
		4.4. Revisão pela Gestão	20
2.		5.	
Apresentação	3	Aspetos Ambientais	21
2.1 Estrutura Organizacional	4	5.1. Identificação das Atividades, Produtos e Serviços	22
2.2 A Base Aérea N.º 5	5	5.2. Identificação dos Aspetos Ambientais	22
2.3 Missão da Base Aérea N.º5	8	5.3. Avaliação da Significância dos Aspetos Ambientais	22
2.4 O Ambiente e a Base Aérea N.º 5	9	5.4. Aspetos Ambientais Significativos	23
2.5 Estrutura Ambiental	11	5.5. Aspetos Ambientais Indiretos	23
		5.6. Controlo dos Aspetos Ambientais	23
3.			
Política Ambiental	14		

6.			
Programa de Gestão Ambiental	26	8.	
6.1. Resultados de 2021	27	Requisitos Legais	78
6.2. Programa de Gestão Ambiental de 2022	29		
7.		9.	
Desempenho Ambiental	33	Partes Interessadas	82
7.1. Valores de Referência	34		
7.2. Indicadores Ambientais	36	10.	
7.3 Síntese dos Indicadores Ambientais	75	Verificador Ambiental	94



1. ÂMBITO DO REGISTO

1.

Âmbito do Registo

O presente documento constitui-se como a primeira Declaração Ambiental à luz da segunda renovação do registo da Base Aérea N.º 5 no Regulamento (CE) N.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, alterado pelo Regulamento (EU) N.º1505/2017 da Comissão Europeia, de 28 de agosto, e pelo Regulamento (UE) 2018/2026, de 19 de dezembro de 2018, relativo à participação voluntária de organizações no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS).

Neste documento foram consultados os documentos sectoriais de referência, de forma a compreender os indicadores de desempenho ambiental específicos. Embora não exista um documento setorial diretamente aplicável, foi considerado o documento referente ao setor da administração pública.

O âmbito da certificação incide sobre as atividades desenvolvidas na Base Aérea N.º 5 para a produção de horas de voo, entre as quais a manutenção de aeronaves, de viaturas e equipamentos auxiliares.

Dados relacionados com consumos de combustíveis de aeronaves não constam da presente declaração, dado que a sua divulgação pode afetar negativamente a confidencialidade das informações relativas à Defesa Nacional. Assim este registo é aplicável exclusivamente à área da Unidade, abrangendo o pessoal colocado e em trânsito. Estão excluídas todas as restantes áreas e infraestruturas pertencentes à Unidade, localizadas fora do seu perímetro.

Tabela 1 – Elementos de identificação da Base Aérea N.º5

BASE AÉREA N.º 5	
NIF	600 010 686
CAE	84220 - Atividades de Defesa
MORADA	Rua da Base Aérea Serra Porto do Urso 2425-022 Monte Real
TELEFONE	244618003
FAX	244612550
E-MAIL	BA5_GQA_AMB@emfa.pt
SITE	www.emfa.pt
RESPONSÁVEL AMBIENTAL	Tenente Filipe Delgado



2. APRESENTAÇÃO

2.1

Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Força Aérea encontra-se publicada no Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro, intitulado LOFA, Lei Orgânica da Força Aérea.

Este documento define que a Força Aérea tem por missão participar, de forma integrada, na defesa militar da República, sendo vocacionada para a geração, preparação e sustentação de forças e meios da componente operacional do sistema de forças.

O Decreto-Lei indica ainda que a organização da Força Aérea rege-se pelos princípios de eficácia e racionalização, garantindo:

- A otimização da relação entre a componente operacional e a componente fixa do sistema de forças;
- A complementaridade com o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e com os outros ramos;
- A correta utilização do potencial humano, militar ou civil, promovendo o pleno e adequado aproveitamento dos quadros permanentes e assegurando uma correta proporção e articulação entre as diversas formas de prestação de serviço efetivo.

O comando da Força Aérea é exercido pelo Chefe de Estado Maior da Força Aérea (CEMFA) que, para o cumprimento da missão anteriormente referida, compreende a seu cargo os seguintes órgãos:

- O Estado-Maior da Força Aérea (EMFA);
- Os órgãos centrais de administração e direção;
- O comando de componente aérea, designado por Comando Aéreo (CA);
- Os órgãos de conselho;
- O órgão de inspeção designado por Inspeção-Geral da Força Aérea (IGFA);
- Os órgãos de base;
- Os elementos da componente operacional do sistema de forças;
- Os órgãos e serviços regulados por legislação própria.

2.2

A Base Aérea N.º 5

Inaugurada a 4 de Outubro de 1959, a Base Aérea N.º 5 ocupa 482 hectares do território Nacional, estando situada na Serra Porto de Urso, localidade da Freguesia de Monte Real, concelho de Leiria.

Implantada em 1959 sobre o aquífero Vieira de Leira, Marinha Grande, sofreu várias intervenções de ampliação até atingir as dimensões atuais.

Ao longos dos seus 62 anos de história, a Base foi sempre vocacionada para a defesa aérea, tendo operado diversos meios aéreos, tais como os F-86F Sabre, Fiat G.91, T-33, T-38, A-7P Corsair II e os F-16 Fighting Falcon, aeronave que opera atualmente.

Trata-se de uma estrutura militar que trabalha em contínuo, 24h por dia, todos os dias do ano, garantindo a prontidão dos meios aéreos afetos à Defesa Aérea do território nacional.

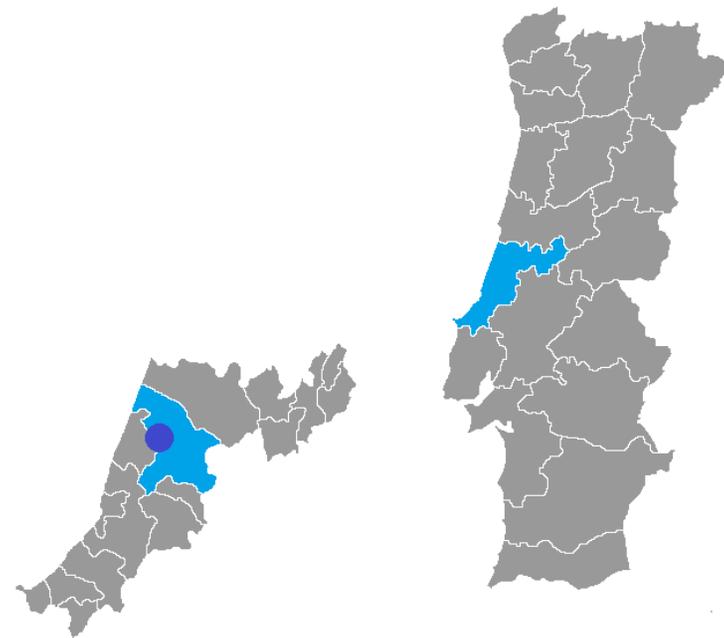


Figura 1 - Localização geográfica da Base Aérea N.º5

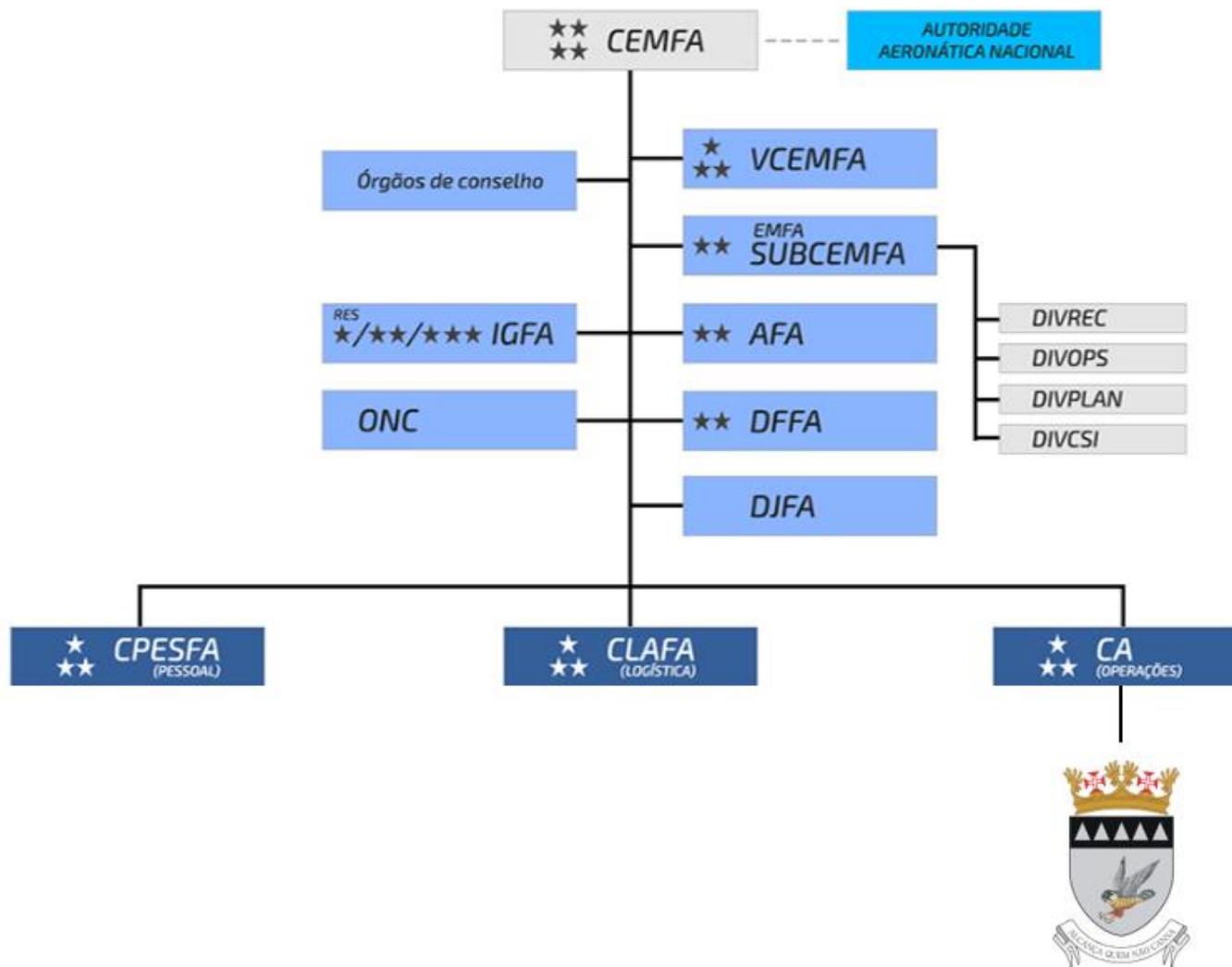


Figura 2 - Base Aérea N.º 5 na Estrutura Orgânica da Força Aérea

A Base Aérea N.º 5 encontra-se na dependência do Comando Aéreo (CA), tal como as restantes Unidades Base. O CA tem por missão apoiar o exercício do comando por parte do CEMFA, tendo em vista:

- A preparação, o aprontamento e a sustentação das forças e meios da componente operacional do sistema de forças;
- O cumprimento das missões reguladas por legislação própria e de outras missões de natureza operacional que sejam atribuídas à Força Aérea, mantendo o CEMGFA permanentemente informado das forças e meios empenhados e do desenvolvimento e resultados das respetivas operações;
- O planeamento e o comando e controlo da atividade aérea;
- A administração e direção das unidades e órgãos da componente fixa, colocados na sua direta dependência;
- O planeamento, direção e o controlo da segurança militar das unidades e órgãos da Força Aérea.



2.3

Missão da Base Aérea N.º5

Integrada na estrutura de Defesa Nacional e da North Atlantic Treaty Organization (NATO), a missão da Base Aérea N.º 5 é garantir a prontidão das Unidades Aéreas e apoio logístico e administrativo de unidades e órgãos nela sedeados, bem como a segurança interna e a defesa imediata.

Desta forma, esta Unidade contribui para a manutenção da soberania do espaço aéreo nacional, para a defesa integrada do território português, bem como para o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos por Portugal.

Para o cumprimento cabal da sua missão, a Base Aérea N.º 5 é composta por diversas infraestruturas, destacando-se a zona de aeródromo e diversos edifícios e equipamentos de apoio necessários.

Atualmente opera 25 aeronaves de caça F-16 e os demais componentes que constituem o único sistema de armas em operação. O universo de pessoal colocado na Unidade, em 31 de dezembro de 2021, era em média de 622 indivíduos, entre militares e civis.

Para a sustentação e operação deste sistema de armas, desenvolvem-se vários processos de trabalho que, contribuindo direta ou indiretamente para a prontidão e operação, culminam na execução das missões de voo, prevalecendo sempre a tônica na segurança.

É importante referir que para além da missão primária desta Unidade, à BA5 compete ainda assegurar alguns dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, no âmbito da segurança cooperativa, como a participação nas missões Assurance Measures, Baltic Air Policing e Icelandic Air Policing da NATO.

2.4

O Ambiente e a Base Aérea N.º 5

A 31 de outubro de 2007 o CEMFA, através do Despacho n.º102/2007, posteriormente revogado pelo Despacho CEMFA n.º49/2017 de 9 de outubro de 2017, manda publicar a Política Ambiental da Força Aérea Portuguesa onde, com a finalidade de conciliar o cumprimento da missão que lhe está atribuída com a proteção do Ambiente.

Neste documento, o CEMFA assume variados compromissos, de onde se destaca assegurar, através do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implementado em apoio ao cumprimento da missão, a minimização dos impactes que dela resultem, contribuindo para a proteção do ambiente e do desenvolvimento sustentável, através de boas práticas ambientais.

Através do Despacho do CEMFA de 10JAN10, exarado na Informação n.º 595, de 05JAN10, da Divisão de Recursos (DIVREC), foi determinado o desencadear das ações com vista à implementação e certificação do EMAS, na Base Aérea N.º 5, obtida em julho de 2016.

É à luz do registo no *EMAS* que foi elaborada a presente Declaração Ambiental, onde são aprofundadas as obrigações de conformidade ambientais afetas às atividades da Base Aérea N.º 5, bem como o relacionamento entre os aspetos ambientais e os objetivos pretendidos, refletidos nos indicadores ambientais, que se consideraram como essenciais, praticáveis e exequíveis, em termos de monitorização de dados.

Este documento apresenta, de igual modo, as diversas atividades e iniciativas em que a Unidade esteve fortemente envolvida, no decorrer do presente ano, que permitiu criar e fortalecer sinergias com as partes interessadas, indo ao encontro das suas expectativas e necessidades.



2.5

Estrutura Ambiental

Para gerir o Sistema de Gestão Ambiental e aplicar os procedimentos instituídos, a Unidade dispõe duma estrutura ambiental. Estando na dependência direta do Comandante, compete ao Gabinete da Qualidade e Ambiente a gestão do Sistema de Gestão Ambiental.

Nesta estrutura, cada subunidade ou secção, dependendo da sua dimensão e influência, é representada, pelo menos, por um Delegado de Segurança em Terra & Ambiente (DST&A).

Para além destes, existem serviços que têm responsabilidades diretas em aspetos específicos e importantes, razão pela qual também fazem parte da mesma.

A fim de assegurar o funcionamento eficaz do Sistema de Gestão Ambiental da Unidade, todos estes intervenientes dispõem de meios que promovem a comunicação entre as partes.



Figura 3 – Estrutura Ambiental da Base Aérea N.º5

2.5.1.

Gabinete da Qualidade e Ambiente

Na Base Aérea N.º 5, no final de 2008, é criado o Gabinete da Qualidade e Ambiente (GQA) com a missão de assegurar a implementação e funcionamento de um Sistema de Gestão Ambiental na Base, bem como o apoio direto ao Comandante em todos os assuntos no âmbito das suas competências. Ao GQA compete:

- Assegurar a melhoria contínua do SGA, com base na monitorização dos processos e na avaliação do desempenho relativamente aos objetivos definidos;
- Dar cumprimento aos requisitos do SGA implementado, à legislação aplicável, às diretivas técnicas estabelecidas e à Política Ambiental da Unidade;
- Contribuir para a utilização dos recursos disponíveis de modo eficiente e responsável;
- Planear e controlar as atividades de formação de cariz ambiental internas e externas;
- Supervisionar a monitorização da qualidade da água de consumo humano e das águas residuais;
- Gerir a floresta e monitorizar as ações de manutenção da mesma;
- Rever e atualizar os Manuais relacionados com o SGA da Unidade Base (UB), em coordenação com o EMFA e com o Comandante da Logística da Força Aérea (CLAF);
- Coordenar internamente com outros órgãos da Unidade as ações a desenvolver no âmbito da Qualidade e Ambiente;
- Elaborar planos de auditorias internas e de simulacros, promover o seu cumprimento, propondo e controlando as ações corretivas;
- Acompanhar e colaborar com as auditorias externas, promovendo a implementação das ações corretivas definidas no âmbito das mesmas;
- Elaborar documentação interna, externa e relatórios, no âmbito do Ambiente;
- Promover a implementação e aplicação dos procedimentos inerentes ao domínio ambiental;
- Gerir o Parque de Armazenamento Temporário de Resíduos Industriais (PATRI), e promover o encaminhamento para o exterior dos resíduos produzidos na Unidade.

2.5.2.

Esquadra de Manutenção de Base

A Esquadra de Manutenção de Base (EMB) é responsável pela manutenção e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo, de saneamento e do tratamento de águas residuais. Além desta componente ambiental, esta Esquadra apresenta também responsabilidades na gestão e manutenção dos sistemas de aquecimento da Unidade e na manutenção e gestão das áreas florestais.

2.5.3.

Esquadra de Abastecimento

A Esquadra de Abastecimento é responsável pela gestão do PATRI 2 e pelo encaminhamento dos resíduos armazenados. O PATRI 2 recolhe equipamentos e mobiliários em fim de vida devolvidos pelos serviços da Unidade. Esta Esquadra é igualmente responsável pela gestão dos produtos químicos na Unidade, bem como de todo o material utilizados nas diversas áreas.

2.5.4.

Unidade de Saúde

A Unidade de Saúde (US) é responsável pela monitorização e controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano, implementação do Programa de Controlo da Qualidade da Água da Unidade e realizar, semanalmente, campanhas de monitorização da rede de distribuição da Unidade, destinadas ao controlo do cloro residual livre ou do dióxido de cloro.

2.5.5.

Delegados de Segurança em Terra e Ambiente

Os DST&A dependem, para as questões ambientais, do Gabinete de Qualidade e Ambiente, com funções ambientais atribuídas ao nível das suas respetivas áreas de trabalho, tais como conhecer e dar a conhecer a Política Ambiental, organizar a documentação de trabalho, gerir os resíduos que se encontram na sua área, comunicar ao GQA incidentes, anomalias e propostas de melhoria, e manter uma colaboração estreita com o GQA em matéria de Ambiente.

A blue-tinted photograph of a road lined with trees, with a white text overlay at the bottom. The image shows a perspective view of a road with a white line on the right side, leading towards a vanishing point. The trees on the left are rendered in a high-contrast, almost white-on-blue style, while the trees on the right are more naturally colored but still within the blue tint. The overall mood is serene and natural.

3. POLÍTICA AMBIENTAL

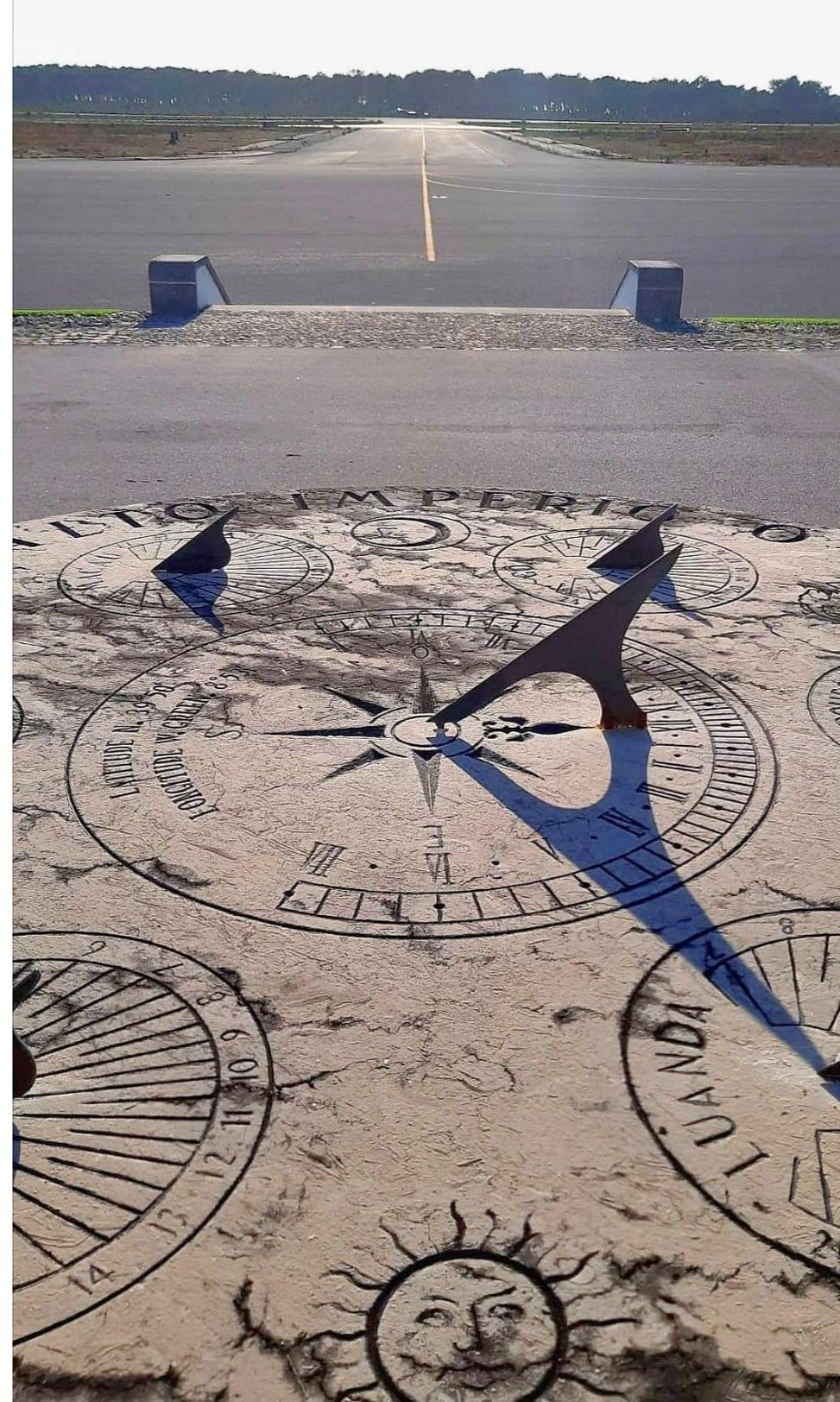
3.

Política Ambiental

A Política Ambiental da Unidade, vertida em Diretiva N.º 01/2021 do Comandante, visa conciliar o cabal cumprimento da missão que lhe está atribuída com a proteção do Ambiente, dando cumprimento a Despacho superiores sobre este tema, de modo a:

- Cumprir com a legislação ambiental, bem como com normativos e requisitos que a Força Aérea subscreva;
- Assegurar a revisão do SGA, visando a melhoria contínua do desempenho ambiental;
- Contribuir para a proteção do ambiente e para o seu desenvolvimento sustentável, fixando objetivos associados aos aspetos ambientais significativos, riscos e oportunidades inerentes à sua atividade, bem como a legislação aplicável;
- Considerar os aspetos ambientais nos processos de tomada de decisão, principalmente, nos processos de aquisições de bens, equipamentos e serviços;
- Considerar os aspetos ambientais nos processos de trabalho, especialmente na manutenção de aeronaves, viaturas, equipamentos e infraestruturas, bem como os que pode influenciar, numa perspetiva de ciclo de vida;
- Integrar requisitos e procedimentos ambientais no planeamento e realização de exercícios e operações, contribuindo para a prevenção da poluição dos solos e das águas subterrâneas e superficiais;
- Promover os esforços necessários que visem assegurar a neutralidade carbónica das suas atividades;
- Garantir a formação do pessoal com responsabilidades diretas no SGA e a sensibilização para as questões ambientais de todo o pessoal da Base;

- Elaborar e treinar planos de emergência, a serem colocados em prática, em caso de acidente ambiental, capazes de minimizarem os impactos ambientais associados aos aspectos ambientais significativos;
- Envolver neste projeto todo o pessoal da Base Aérea N.º 5 e comunicar o teor desta política, bem como a evolução e resultados do SGA;
- Garantir a melhoria contínua na prevenção da poluição, através da redução de resíduos produzidos, na reutilização de materiais e equipamentos, na promoção da reciclagem, na redução do consumo de energia, das emissões atmosféricas, bem como no consumo de recursos naturais, diminuindo a captação de águas subterrâneas;
- Promover a comunicação entre as partes interessadas e a divulgação de boas práticas no domínio da proteção ambiental.





4. SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

4.

Sistema de Gestão Ambiental

A implementação do SGA da Base Aérea N.º 5, suportado na norma de referência *ISO 14001:2015* e no *EMAS*, constitui uma ferramenta essencial para alcançar os compromissos ambientais, através da melhoria contínua do desempenho ambiental.

Através de uma abordagem por processos, que incorpora um ciclo de melhoria contínua, o SGA é constituído pelas fases de Planeamento, Implementação e Operação, Verificação e Revisão pela Gestão, que compreendem o conjunto de procedimentos.

Estes procedimentos foram desenvolvidos de forma a controlar os aspetos ambientais identificados, permitindo assim a todo o pessoal que desenvolve as suas atividades, atuar eficazmente para que os objetivos ambientais propostos sejam alcançados.

A Política Ambiental, os procedimentos e outras especificações do SGA são aplicáveis a todas as instalações e actividades desenvolvidas na BA5, estando excluídas as áreas definidas no primeiro capítulo.



4.1. Planeamento

Sendo uma parte fundamental do SGA da Unidade, esta fase compreende a identificação e avaliação dos Aspectos Ambientais associados às atividades, bem como a identificação das obrigações de conformidade aplicáveis.

Tendo em vista corresponder à realidade da Unidade e ao meio em que está inserida, foi também definido um conjunto de fatores internos e externos, que afetam, que podem afetar ou que possam ser afetados pelo SGA.

Foi necessário realizar uma análise da Organização pensando nos seus processos internos, riscos e oportunidades que podem reduzir ou aumentar a eficácia do sistema, bem como pensar na relação com a comunidade externa e com as partes interessadas.

Esta informação, aliada aos riscos e oportunidades determinados, assim como as questões internas e externas que influenciam ou são influenciadas pelo SGA da Unidade, resulta na definição dos objetivos e metas ambientais, que compõem o Programa de Gestão Ambiental.

4.2. Implementação e Operação

De forma a alcançar a eficácia do SGA, são desenvolvidas ações que visam prever e atribuir competências e responsabilidades a todos os militares e civis da Unidade e entidades externas, bem como promover o envolvimento de todas as partes.

Com essa finalidade foram elaborados procedimentos que salvaguardam os interesses ambientais nas diversas atividades da Unidade.

Os Procedimentos de Gestão do Sistema visam suportar todo o funcionamento do SGA, enquanto que os Procedimentos de Controlo Operacional têm como finalidade controlar os aspetos ambientais nas várias áreas da Unidade.

Dado que a comunicação entre as partes interessadas é um factor determinante para o correto funcionamento do SGA, foram implementadas as mais diversas ferramentas de comunicação interna e externa.

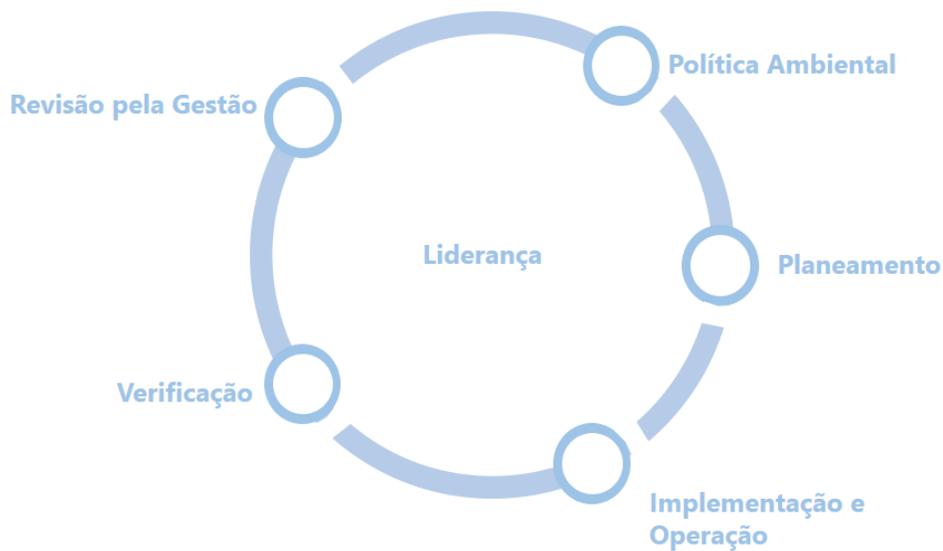


Figura 4 - Estrutura do Sistema de Gestão Ambiental

4.3. Verificação

Posteriormente à fase de planeamento e implementação do SGA, torna-se necessário verificar a conformidade com os objectivos e metas estabelecidos. A avaliação da conformidade é efetuada através de um programa de auditorias ambientais internas e externas.

Quer em contexto de auditoria, quer no decorrer das diversas atividades, podem ser identificadas não conformidades, que podem ser entendidos como desvios aos procedimentos, à política ou obrigações de conformidade, que carecem de resolução.

4.4. Revisão pela Gestão

A fim de avaliar a eficácia e pertinência do SGA, é realizada periodicamente uma reunião de revisão pela gestão de topo, permitindo efetuar um balanço da gestão ambiental a Unidade, bem como identificar oportunidades de melhoria e alterações, indo ao encontro da melhoria contínua do sistema.



5. ASPETOS AMBIENTAIS

5.1. Identificação das Atividades, Produtos e Serviços

A Unidade realizou o levantamento inicial das atividades, produtos e serviços da Base Aérea N.º 5 abrangidos pelo SGA e que interagem com o Ambiente. Após a elaboração deste levantamento, foram analisadas as atividades de forma a apurar os aspetos ambientais relacionados.

5.2. Identificação dos Aspetos Ambientais

Para as diversas atividades foram identificados os respetivos aspetos ambientais, tendo sido considerado quer os que estão diretamente associados às atividades, quer os que são influenciados pelo SGA, considerando uma perspetiva de ciclo de vida. Consequentemente, a Unidade procedeu à avaliação dos aspetos ambientais, com o intuito de avaliar a sua significância.

5.3. Avaliação da Significância dos Aspetos Ambientais

A metodologia utilizada na avaliação dos aspetos ambientais consiste em caracterizar os aspetos ambientais de acordo com a situação operacional (origem do aspeto ambiental associada à natureza da atividade), tipo de incidência (efeito provocado no meio ambiente), a classe (dependência do aspeto das atividades internas ou externas à Unidade) e o enquadramento face às obrigações de conformidade.

A classificação quanto à significância dos aspetos ambientais é obtida através da aplicação de uma fórmula, que tem em conta a situação operacional do aspeto ambiental.

Assim, através da atribuição de um valor de significância, são considerados significativos os aspetos que obtenham uma pontuação igual ou superior a 8, assim como todos aqueles que apresentem uma severidade igual a 4 pontos.

5.4.

Aspetos Ambientais Significativos

Posteriormente à avaliação realizada aos serviços e atividades desenvolvidas na Unidade, foram definidos os aspetos ambientais significativos, explanados no quadro das páginas seguintes. Foram considerados os aspetos ambientais referentes às atividades, aos produtos e aos serviços que a Unidade pode controlar ou influenciar, tendo em conta a perspectiva de ciclo de vida. Em virtude da última revisão à matriz de aspetos ambientais, o consumo de papel deixou de ser considerado significativo, uma vez que, em comparação com os demais aspetos e tendo em conta as medidas implementadas, o respetivo grau de severidade foi reduzido.

5.5.

Aspetos Ambientais Indiretos

Para a análise dos aspetos ambientais indiretos foram considerados os impactes ambientais inerentes a ciclo de vida dos produtos adquiridos e dos serviços efetuados na Unidade por entidades externas.

A Unidade pode exercer a sua influência sobre estes aspetos, solicitando que as partes externas adotem estratégias de mitigação em relação aos aspetos ambientais que possam ser atenuados na origem. Desta análise resultaram alguns aspetos ambientais indiretos significativos, como são os casos dos impactes inerentes à extração, produção e transporte de produtos, à recolha e tratamento de resíduos e aos serviços de manutenção de equipamentos.

5.6.

Controlo dos Aspetos Ambientais

O controlo dos aspetos ambientais significativos resultantes desta avaliação é assegurado principalmente através da implementação dos procedimentos de controlo operacional. À margem disso, parte destes aspetos constituem-se em indicadores ambientais, que por sua vez são monitorizados e comunicados através do Programa de Gestão Ambiental.

Tabela 2 – Aspectos Ambientais Significativos da Base Aérea N.º5

ASPETOS AMBIENTAIS	PRINCIPAIS ATIVIDADES	IMPACTES AMBIENTAIS	METODOLOGIAS DE GESTÃO	INCIDÊNCIA
Consumo de Água	<ul style="list-style-type: none"> · Confeção alimentar e alojamentos · Manutenção e lavagem de aeronaves, equipamentos, viaturas e infraestruturas · Trabalhos laboratoriais e lavagem vestuário · Treino de combate a incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Inerentes ao processo de tratamento · Inerentes à distribuição 	<ul style="list-style-type: none"> · Ações de sensibilização · Interdição da Rega · Aproveitamento de águas da chuva para lavagem dos canis 	■
Produção de Água Residual	<ul style="list-style-type: none"> · Manutenção e lavagem de aeronaves, equipamentos e viaturas · Confeção alimentar · Alojamentos e habitações · Instalações sanitárias 	<ul style="list-style-type: none"> · Contaminação do solo · Contaminação de recursos hídricos · Inerentes ao tratamento · Associado aos Separadores de Hidrocarbonetos e Gorduras · Inerentes ao transporte de águas residuais 	<ul style="list-style-type: none"> · Separadores de hidrocarbonetos e de gorduras nos locais de produção de águas residuais suscetíveis de incapacitar a ETAR da Unidade · Tratamento das águas residuais na ETAR da Unidade 	■
Consumo de Energia Elétrica	<ul style="list-style-type: none"> · Iluminação pública · Alojamentos e habitações · Utilização equipamentos elétricos 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Indiretos da produção de energia · Inerentes à extração dos recursos naturais · Poluição Atmosférica 	<ul style="list-style-type: none"> · Ações de Sensibilização · Redução da iluminação pública · Iluminação setorial nos hangares 	■
Produção de Energia Renovável	<ul style="list-style-type: none"> · Iluminação pública · Aquecimento de águas sanitárias · Utilização equipamentos elétricos 	<ul style="list-style-type: none"> · Diminuição do consumo de recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> · Aumento da produção de energias renováveis na Unidade (Parque Solar Fotovoltaico) 	+
Consumo de Diesel	<ul style="list-style-type: none"> · Transporte de Recursos Humanos e Materiais · Manutenção e lavagem de aeronaves · Manutenção de Infraestruturas · Funcionamento de viaturas e equipamentos auxiliares 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de combustíveis fósseis · Inerentes à extração, produção e transporte combustível · Poluição Atmosférica · Associado a situações de emergência 	<ul style="list-style-type: none"> · Otimização dos percursos · Conciliação das necessidades de transporte 	■
Consumo de Gás	<ul style="list-style-type: none"> · Aquecimento de Instalações · Confeção alimentar 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Inerente à produção, manutenção e fornecimento de produtos/equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> · Otimização dos sistemas de aquecimento, das temperaturas e dos horários 	■

ASPETOS AMBIENTAIS	PRINCIPAIS ATIVIDADES	IMPACTES AMBIENTAIS	METODOLOGIAS DE GESTÃO	INCIDÊNCIA
Consumo de Combustível Aeronáutico	<ul style="list-style-type: none"> · Atividade Aérea · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Inerentes à extração, transporte combustível · Associado a situações de emergência 	<ul style="list-style-type: none"> · Utilização dos recursos exclusivamente para fins Militares 	■
Consumo de Produtos Químicos	<ul style="list-style-type: none"> · Manutenção de viaturas e equipamentos · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Inerentes à produção e fornecimento · Emissões atmosféricas · Inerentes à recolha e tratamento dos resíduos · Associado a situações de emergência 	<ul style="list-style-type: none"> · Utilização dos recursos exclusivamente para fins oficiais · Racionalização na utilização dos produtos químicos 	■
Produção de óleos usados	<ul style="list-style-type: none"> · Confeção alimentar (OAU) · Trabalhos laboratoriais · Manutenção de viaturas e equipamentos · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Inerentes ao processo de produção e fornecimento · Associados ao armazenamento · Inerentes à recolha e valorização do resíduo · Associado a situações de emergência 	<ul style="list-style-type: none"> · Condições adequadas ao armazenamento temporário dos resíduos nos serviços · Encaminhamento dos resíduos para operadores licenciados 	■
Produção de Resíduos Sólidos Urbanos	<ul style="list-style-type: none"> · Manutenção de viaturas, aeronaves e equipamentos · Limpeza de instalações · Alojamentos e habitações · Confeção alimentar 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos · Inerentes à recolha e tratamento dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> · Condições adequadas ao armazenamento temporário dos resíduos nos serviços · Encaminhamento dos resíduos para operadores licenciados 	■
Produção de Resíduos Hospitalares	<ul style="list-style-type: none"> · Serviços de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos · Provenientes de situações anómalas · Inerentes ao processo de produção e fornecimento e tratamento dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> · Condições adequadas à segregação · Encaminhamento dos resíduos para operadores licenciados 	■
Produção de Resíduos Perigosos	<ul style="list-style-type: none"> · Manutenção de viaturas e equipamentos · Manutenção de aeronaves · Limpeza de instalações, equipamentos e viaturas 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos · Inerentes à recolha e tratamento · Associados ao armazenamento temporário 	<ul style="list-style-type: none"> · Condições adequadas ao armazenamento temporário dos resíduos nos serviços · Encaminhamento dos resíduos para operadores licenciados 	■
Emissão de Ruído	<ul style="list-style-type: none"> · Atividade Aérea · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Poluição Sonora 	<ul style="list-style-type: none"> · Medidas mitigadoras 	■
Emissões Atmosféricas	<ul style="list-style-type: none"> · Trabalhos laboratoriais · Aquecimento de águas sanitárias e climatização de instalações · Atividade Aérea · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Poluição atmosférica · Efeito de estufa 	<ul style="list-style-type: none"> · Monitorização dos gases provenientes de caldeiras atividades que utilizem COV · Inspeções periódicas a todos os veículos 	■



6. PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL

6.1.

Resultados de 2021

Em 2021 foi aprovado pelo Comandante da Unidade o Programa de Gestão Ambiental para o referido ano. O PGA é um programa que detalha as ações que visam a concretização dos objetivos e metas estabelecidas para o SGA e a promoção da sustentabilidade ambiental da Unidade. Este é composto por vários parâmetros referentes às medidas que se pretendem implementar, indo ao encontro dos objetivos e metas estabelecidos de acordo com as orientações da Política Ambiental da Unidade. Sucintamente indicam-se, na seguinte tabela, cada um dos objetivos fixados para 2021 e a correspondente taxa de concretização.

Ao analisar a informação disponibilizada na tabela, pode verificar-se que apenas uma pequena parte dos objetivos propostos no último ano não foram cumpridos (4 dos 11 objetivos estabelecidos). Como se pode verificar, os objetivos abrangem diferentes áreas (água, resíduos, floresta, sensibilizações e formação, entre outros) e foram estabelecidos tendo em conta tanto os aspetos ambientais mais significativos da Unidade, como as obrigações de conformidade aplicáveis à Unidade ou que esta se comprometeu a cumprir, visando a melhoria contínua do SGA.

Uma vez que os objetivos e as metas apresentam diferentes graus de complexidade e, por vezes, não dependem apenas da Unidade, nem sempre é fácil o cumprimento dos mesmos. Caso disso são os objetivos que implicam intervenções infraestruturais que transcendem a Unidade, nomeadamente as obras de beneficiação nas redes de abastecimento de água, que previnem as fugas de água. Por outro lado, os objetivos estabelecidos podem ser influenciados por fatores que transcendem a ação da Unidade, como foi o caso da pandemia da COVID-19 nos vários setores de atividade. Embora se tenha assistido ao agravamento dos consumos de água e energia, importa salientar os bons resultados obtidos relativamente aos objetivos associados à aposta nas fontes renováveis, bem como ao decréscimo significativo do consumo de GPL, que implica forçosamente uma redução de emissões de GEE inerentes a este combustível. No sentido de se manter o desiderato da melhoria contínua do desempenho ambiental, a Unidade perspetiva para 2022 um conjunto de projetos que visam avaliar novas soluções que coincidem com os principais objetivos ambientais, como é o caso da aposta nos biocombustíveis.

Tabela 3 – Cumprimento do Programa de Gestão Ambiental 2021

Nº	OBJETIVO	META	EXECUÇÃO	TAXA EXECUÇÃO
1	Promover a formação e a sensibilização ambiental do pessoal da Unidade	Prevenir os impactes ambientais resultantes de más práticas ambientais	N/A	Taxa de Execução: 50% O Curso de Gestão Ambiental foi adiado para março 2022. Ação de sensibilização realizada.
2	Melhorar a gestão do parque florestal	Valorizar 100% dos resíduos florestais	DEZ21	Taxa de Execução: 100% Todos os resíduos florestais, produzidos pelos trabalhos relativos à tempestade Leslie e outros trabalhos florestais, foram encaminhados para valorização (estilha) pela a firma MadeirasAfonso.
		Renovar 2% da área florestal (parte envelhecida)	N/A	Objetivo não cumprido As plantações das áreas identificadas foram reagendadas para 2022.
3	Melhorar a resposta a ocorrências ambientais decorrentes de situações de emergência	Realização de 1 demonstração ou simulacro em colaboração com o GPA	JUN21	Taxa de Execução: 100% Simulacro realizado em coordenação com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.
4	Melhorar a qualidade e a eficiência do consumo da água	Diminuir 2% do Indicador do consumo de água da Unidade	N/A	Objetivo não cumprido Agravamento do indicador do consumo da água em 30%
5	Melhorar a eficiência energética	Reduzir 2% do Indicador do consumo de energia elétrica	N/A	Objetivo não cumprido Agravamento do indicador do consumo de energia elétrica em 9%
		Diminuir 2% do Indicador do consumo de gás na Unidade	N/A	Objetivo não cumprido Agravamento do indicador do consumo de gás natural em 13%
		Diminuir 30% do Indicador do consumo de GPL na Unidade	DEZ21	Taxa de Execução: 87% Redução do indicador do consumo de GPL em 26%
		Aumentar a utilização das energias renováveis	DEZ21	Taxa de Execução: 100% 41% da energia elétrica proveniente de fontes renováveis. 12% de energia proveniente de fontes renováveis produzida na Unidade.
6	Melhorar o relacionamento com as Partes Interessadas	Obter uma média igual ou superior a 7 (escala de 1 a 10) nos questionários de avaliação do SGA	DEZ21	Taxa Cumprimento: 100% Resultado de 8,1 nos questionários de avaliação do efetivo da Unidade e de 9,6 nos questionários de avaliação das partes interessadas externas à Unidade.
7	Divulgar a evolução ambiental da Unidade	Promover as boas práticas ambientais nos ramos das Forças Armadas	OUT21 JUN21	Taxa de Execução: 100%. Candidatura ao Prémio Nacional de Sustentabilidade do Jornal de Negócios. Participação no WATER – World Forum for Life.

6.2.

Programa de Gestão Ambiental de 2022

À semelhança dos programas anteriores, para 2022 foram determinados novos objetivos que visam manter a aposta numa política de melhoria contínua do SGA. Os prazos previstos para a execução de cada um dos objetivos estipulados podem ser reajustados, em consequência do controlo e revisão do programa, efetuado e apresentado à gestão de topo semestralmente.

Em resposta aos objetivos não atingidos em 2021, e atendendo à estratégia ambiental adotada nesta Unidade, espelhada no Plano Estratégico de Sustentabilidade Ambiental (PESA BA5), que tem como principais vetores a descarbonização das atividades, promoção da utilização eficiente de recursos e o incentivo para projetos de investigação e desenvolvimento, prevê-se, no presente ano, a implementação de algumas medidas de melhoria contínua do desempenho ambiental.

São exemplos disso o estudo de viabilidade da utilização de biocombustível de última geração, produzidos a partir de OAU, numa gama alargada de viaturas e equipamentos de apoio à operação, bem como a candidatura para melhoria da eficiência energética do edifício da Messe da Unidade, no âmbito do Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

A organização do Seminário do Ambiente, prevista para setembro de 2022, irá permitir a divulgação das medidas implementadas e planeadas, com o objetivo de fornecer informações de caráter ambiental à comunidade local e às demais partes interessadas do SGA.

Assim, em virtude destas iniciativas, foram introduzidos novos objetivos no Programa de Gestão Ambiental (PGA) para 2022, nomeadamente o consumo da energia elétrica e do consumo de diesel. Pela mesma razão, parte das metas estabelecidas em 2021 foram reajustadas para o presente ano, de forma a também considerar os efeitos gerados pelas novas medidas implementadas.

Por outro lado, dado que as situações de emergência são coordenadas pelo setor operacional da Unidade, os objetivos anteriormente traçados no PGA para esta temática, nomeadamente a realização de treinos e simulacros no âmbito da segurança de voo, segurança em terra e segurança de armamento e mísseis, foram removidos do PGA para 2022, estando, no entanto, previstos no plano de atividades global da Unidade. O PGA traçado para 2022, compreende os objetivos e metas que constam nas próximas páginas.



Tabela 4 – Programa de Gestão Ambiental 2022

OBJETIVO	ASPETO AMBIENTAL	RISCOS E OPORTUNIDADES	REQUISITOS DAS PARTES INTERESSADAS	META	AÇÃO	PRAZO
Promover a formação e a sensibilização ambiental do pessoal da Unidade	Todos os Aspectos Ambientais	Rotatividade do pessoal	Necessidades de formação dos militares e civis	Prevenir os impactes ambientais resultantes de más práticas ambientais	-Realizar Curso de Gestão Ambiental (CGA) -Realizar pelo menos uma ação de sensibilização junto do pessoal da Unidade	2022
Melhorar a gestão florestal	Gestão de Resíduos Biodiversidade Manutenção dos Espaços Verdes	Conservação da Biodiversidade	Cumprimento do PGF	Valorizar 100% dos resíduos florestais	-Recolher e armazenar temporariamente os diversos resíduos florestais e encaminhá-los para valorização ou fertilizante (estilha)	2022
		Prevenção de Incêndios	Cumprimento do PGF	Renovar 2% da área florestal (parte envelhecida ou fração de incultos)	-Através do Plano de Gestão Florestal (PGF) ações de substituição gradual do pinhal	2022
Melhorar a gestão da água	Consumo de Água	Impactes inerentes ao Consumo de Água	Fornecimento de água em quantidade e qualidade	Diminuir 10% do Indicador do consumo de água da Unidade	-Manter as ações de combate às fugas de água na Unidade -Sensibilizar pessoal para a racionalização e evitar desperdícios	2022
Melhorar relacionamento com as Partes Interessadas	Todos os Aspectos Ambientais	Contribuição para a melhoria do desempenho ambiental	Comunicação com as Partes Interessadas	Obter uma média igual ou superior a 7 (escala de 1 a 10) nos questionários de avaliação do SGA	-Realizar questionários de avaliação das atividades do GQA junto das Partes Interessadas (militares e civis da BA5 e organizações externas).	2022
Divulgar a evolução ambiental da Unidade	Todos os Aspectos Ambientais	Dar a conhecer o SGA da Unidade	Incentivar à replicação das boas práticas ambientais	Promover as boas práticas ambientais e dar a conhecer o SGA da Unidade	-Organizar um Seminário do Ambiente. -Participar em programas e projetos ambientais de âmbito académico -Concorrer ao 2º Prémio Nacional de Sustentabilidade do Jornal de Negócios -Participar em pelo menos uma conferência externa à Unidade	2022

OBJETIVO	ASPETO AMBIENTAL	RISCOS E OPORTUNIDADES	REQUISITOS DAS PARTES INTERESSADAS	META	AÇÃO	PRAZO
Melhorar a eficiência energética	Consumo de Energia Elétrica	Redução de custos para a Unidade	Redução de custos para a Unidade Redução dos efeitos de estufa	Avaliar a eficiência energética a uma das instalações de maior consumo	-Realização de auditoria energética à Messe, com emissão de certificado energético	2022
	Consumo de Energia Elétrica	Redução de custos para a Unidade	Redução de custos para a Unidade Redução dos efeitos de estufa	Reduzir 5% do Indicador do consumo de energia elétrica	-Ações de sensibilização para uma gestão racional da energia -Continuação da substituição gradual da iluminação para LED -Avaliar candidatura a projetos de eficiência energética para a Administração Pública no âmbito do PRR	2022
	Consumo de Gás	Redução de custos para a Unidade	Redução de custos para a Unidade Redução dos efeitos de estufa	Diminuir 5% do Indicador do consumo de gás na Unidade	-Ações de sensibilização para uma gestão racional da energia.	2022
	Consumo de GPL	Redução de custos para a Unidade	Redução de custos para a Unidade Redução dos efeitos de estufa	Diminuir 10% do Indicador do consumo de GPL na Unidade	-Utilização de fontes energéticas mais limpas em substituição ao GPL; -Ações de sensibilização para uma gestão racional da energia	2022
	Consumo de diesel	Redução de custos para a Unidade	Redução de custos para a Unidade Redução dos efeitos de estufa	Diminuir 5% do indicador do consumo de diesel	-Utilização de biocombustível nas viaturas terrestres e GSE	2022
	Produção de Energias Renováveis	Aposta em fontes de energia mais limpas; Redução de custos para a Unidade;	Redução de custos para a Unidade;	Aumentar a utilização das energias renováveis	-Aumentar para 27% o consumo anual energia bruta consumida na Unidade proveniente de fontes renováveis;	2022



7. DESEMPENHO AMBIENTAL

7.1. Valores de Referência

Os Indicadores Ambientais são analisados segundo a sua relação com um valor de referência, que representa a atividade da Organização, de forma a permitir a análise e avaliação temporal dos mesmos.

Os valores de referência variam consoante o Indicador Ambiental em questão, uma vez que o comportamento deste, num dado intervalo de tempo, pode ser influenciado por fatores distintos.

Desta forma, e tentando estabelecer métodos de análise mais realistas e adequadas à atividade da Unidade, definiu-se que os valores de referência seriam o número médio de indivíduos a trabalhar na BA5, ou seja, o número médio anual dos efetivos da base (militares e civis), dos militares de outras origens, destacados na Unidade por razões de exercícios ou outras, o número total de horas de trabalho ligadas à área manutenção e o número de saídas.

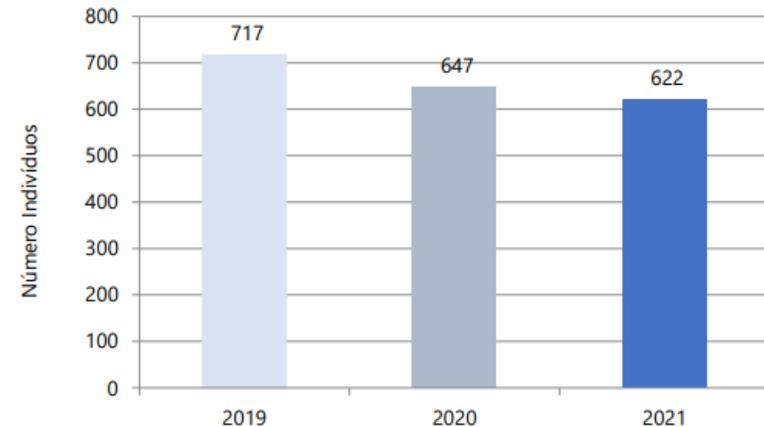


Gráfico 1 – Número médio de indivíduos na BA5

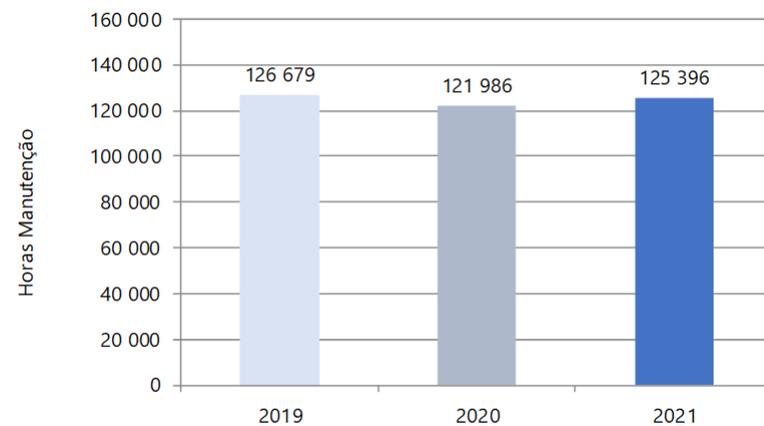


Gráfico 2 – Horas relativas à atividade de manutenção



7.2.

Indicadores Ambientais

A fim de assegurar um controlo aproximado à evolução do desempenho ambiental da Unidade, estabeleceu-se um conjunto de parâmetros mensuráveis, designados por indicadores ambientais, que permite obter resultados específicos de gestão dos aspetos ambientais. Estes indicadores correspondem aos descritores a avaliar, representando, normalmente, consumos e emissões relacionados com a atividade da Unidade. Os indicadores fornecem uma avaliação rigorosa do desempenho ambiental da Unidade, sendo um contributo essencial na tomada de decisão ao nível da gestão dos aspetos ambientais.

O valor dos indicadores resulta do rácio entre os consumos absolutos (valor A) e os de valores de referência (valor B). Nos casos em que o indicador ambiental varia independentemente do número de indivíduos na Unidade, foram selecionados outros valores B, que estão apresentados na tabela seguinte.

Tabela 5 – Indicadores Ambientais da Base Aérea N.º5

DESCRITOR	CONSUMO ABSOLUTO (VALOR A)	VALORES DE REFERÊNCIA (VALOR B)	UNIDADE
Energia	Energia elétrica total consumida	Horas de manutenção	kWh / Hmanut
	Energia elétrica proveniente de fontes renováveis	Energia elétrica total consumida	%
	Diesel consumido	Número de indivíduos	L / Nºindivíduos
	Diesel consumido no transporte de pessoal	Quilómetros percorridos	L / km
	Gasolina Consumida	Número de indivíduos	L / Nºindivíduos
	GPL consumido	Número de indivíduos	m³ / Nºindivíduos
	Gás natural consumido	Horas de manutenção	m³ / Hmanut
Água	Água consumida	Horas de manutenção	m³ / Hmanut
	Água residual tratada	Número de indivíduos	m³ / Nºindivíduos
Resíduos	Resíduos Sólidos Urbanos	Número de indivíduos	kg / Nºindivíduos
	Outros resíduos	Horas de manutenção	kg / Hmanut
	Valorização de resíduos	Resíduos produzidos	%
Materiais	Papel consumido	Número de indivíduos	Kg / Nºindivíduos
	Consumíveis de impressão	Horas de manutenção	Unidade/ Hmanut
	Produtos químicos	Horas de manutenção	L/ Hmanut
	Material Têxtil	Número de indivíduos	kg / Nºindivíduos
Emissões	Emissão total de GEE	Horas de manutenção	tonCO ₂ eq / Hmanut
	Emissão de GEE no transporte de pessoal	Número de saídas	tonCO ₂ eq / Nºsaídas
	Emissões atmosféricas totais (SO ₂ , NO _x e PM ₁₀)	Horas de manutenção	kgCO ₂ eq / Hmanut
Utilização do Solo	Área Orientada para Natureza	Área Total da Unidade	%
	Área confinada	Área Total da Unidade	%

7.2.1. Energia

A energia consumida pela Unidade corresponde ao somatório dos consumos de eletricidade, combustíveis fósseis e energias renováveis. Os tipos de energia utilizados são energia elétrica, gás natural, gás propano, diesel, gasolina e JP8, sendo que este último, tal como referido anteriormente, por se tratar de informação confidencial, encontra-se fora do âmbito do SGA.

Em 2021 foram os consumos de gás natural e propano que apresentaram uma maior expressão no espectro energético da Unidade (44%). No entanto é de realçar a expressão da fração renovável nos consumos energéticos da Unidade (16% do consumo total), para o qual a unidade de produção para autoconsumo (UPAC) contribuiu significativamente.

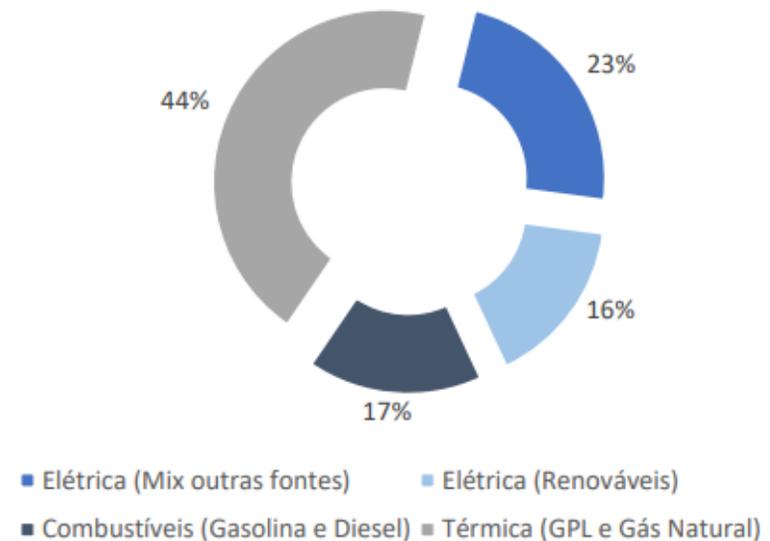


Gráfico 3 – Consumo de energia por tipo de energia

7.2.1.1. Energia elétrica

A energia elétrica consumida na Unidade é maioritariamente fornecida por uma entidade externa. Esta energia é consumida pelos diversos tipos de equipamentos elétricos e eletrónicos, sendo os mais relevantes os testes hidráulicos, simulador de voo, compressores, equipamentos de refrigeração e equipamentos do aeródromo, nomeadamente os equipamentos de controle e ajuda à navegação e iluminação de pista.

Existe uma pequena fração que, em casos pontuais, é obtida através de geradores ou de baterias. No entanto, estes consumos não se encontram contemplados neste indicador, uma vez que se encontram refletidos nos consumos da respetiva fonte de energia. À semelhança dos outros indicadores, o consumo de energia elétrica encontra-se estreitamente associado ao número de indivíduos presentes na Unidade e, essencialmente, ao volume de trabalhos da área da manutenção e inspeção de aeronaves.

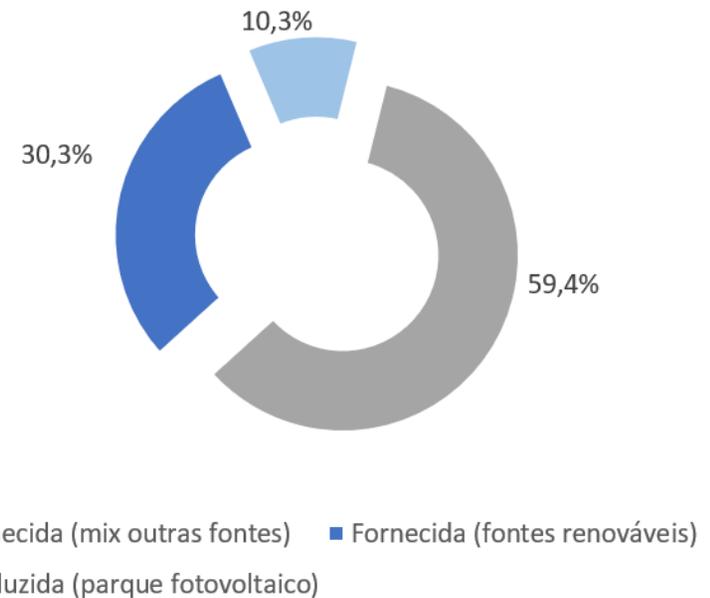


Gráfico 4 - Mix de fontes de energia elétrica

No ano 2021 a Unidade registou um ligeiro aumento dos consumos de energia elétrica (cerca de 12% face a 2020), aproximando-se dos valores registados em 2019. Contudo, trata-se de um aumento expectável, visto que em 2021 não foi adotado o regime de trabalho à distância.

Por outro lado, a aposta na transição energética, que implica a transição de sistemas alimentados por fontes energéticas mais poluentes para sistemas elétricos, provoca um aumento deste indicador. Caso disso foi a instalação de um sistema de bomba de calor para AQS, que substituiu o antigo sistema alimentado a GPL.

O mesmo acontece com o indicador ambiental, cujo aumento de 9% face a 2020. No entanto, atendendo aos consumos de energia elétrica dos últimos 3 anos que antecederam a pandemia (entre 2017 e 2019 o consumo médio foi de 2.925.384 kWh), considera-se que o valor deste indicador é satisfatório. Desta forma, o resultado obtido não diminui o efeito das constantes apostas da Unidade em medidas e ações que visam reduzir estes consumos.

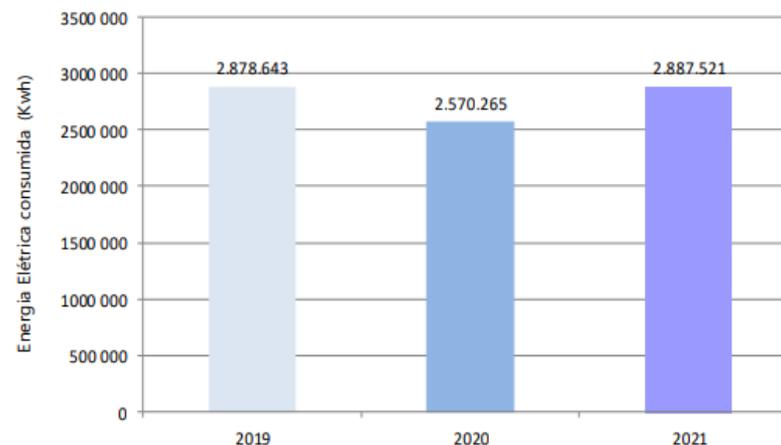


Gráfico 5 – Consumo anual de energia elétrica

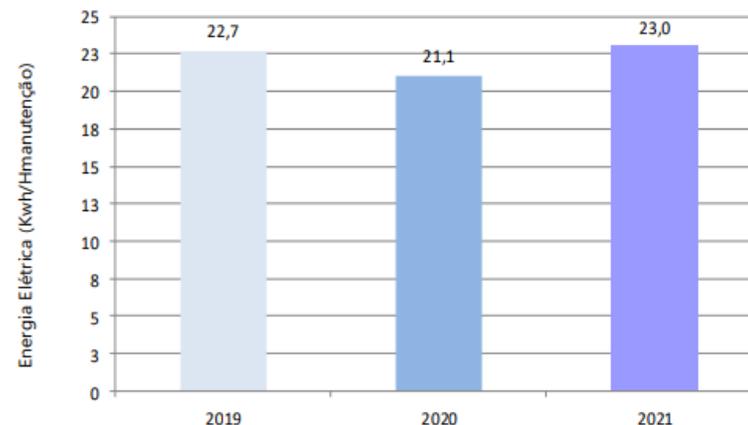


Gráfico 6 – Consumo anual de energia elétrica por horas de manutenção

A quantidade total de energia elétrica consumida proveniente de fontes renováveis encontra-se refletida nos gráficos seguintes. Importa referir que esta fração varia consoante o fornecedor e o período de fornecimento. Verifica-se que em 2021 houve uma redução da quota de renováveis na energia elétrica fornecida à Unidade, atingindo valores na ordem dos 30%, que são bastante inferiores aos 60% obtidos no ano transato. Este fator externo, que varia consoante o fornecedor de energia elétrica, provocou uma redução da fração renovável de energia elétrica consumida na Unidade. No entanto a fração renovável produzida na Unidade aumentou significativamente (de 4% para 10% do consumo total), devido essencialmente à contribuição da unidade de produção para autoconsumo (UPAC).

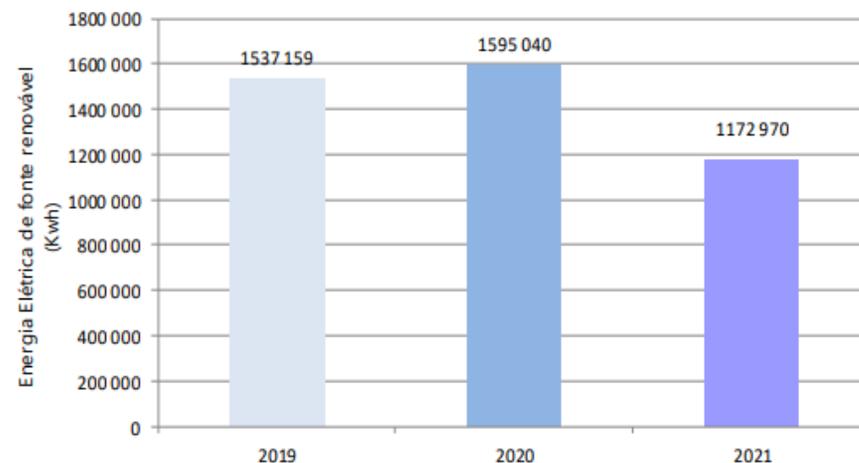


Gráfico 7 – Consumo de energia renovável

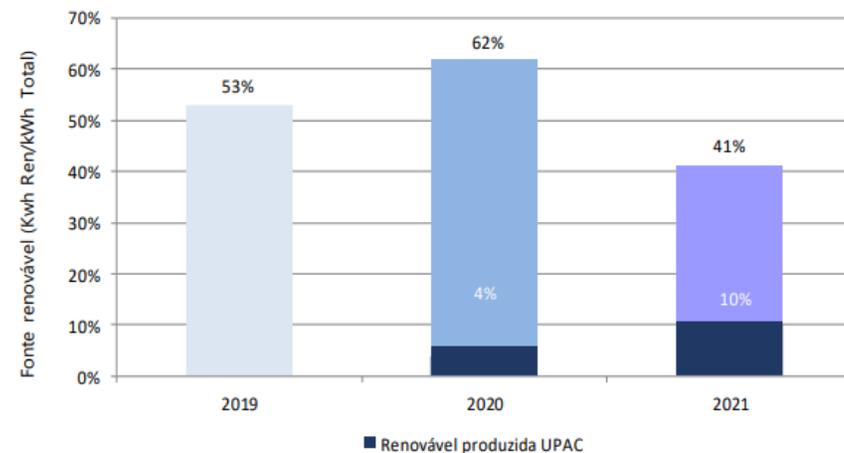


Gráfico 8 – Consumo de energia renovável por consumo total de energia

7.2.1.2.

Consumo de Diesel

Os consumos de diesel na Unidade estão relacionados com a utilização dos veículos terrestres, dos geradores de corrente elétrica e dos equipamentos auxiliares, bem como com a caldeira de aquecimento localizada no edifício do Centro Coordenador de Segurança e Defesa – CCSD, sendo que a maioria deste consumo provém das deslocações através dos veículos terrestres (72% de todo o diesel consumido em 2021). O consumo anual de diesel encontra-se relacionado com o volume de trabalho, sendo compreensível que nos períodos de maior atividade se verifique maiores consumos.

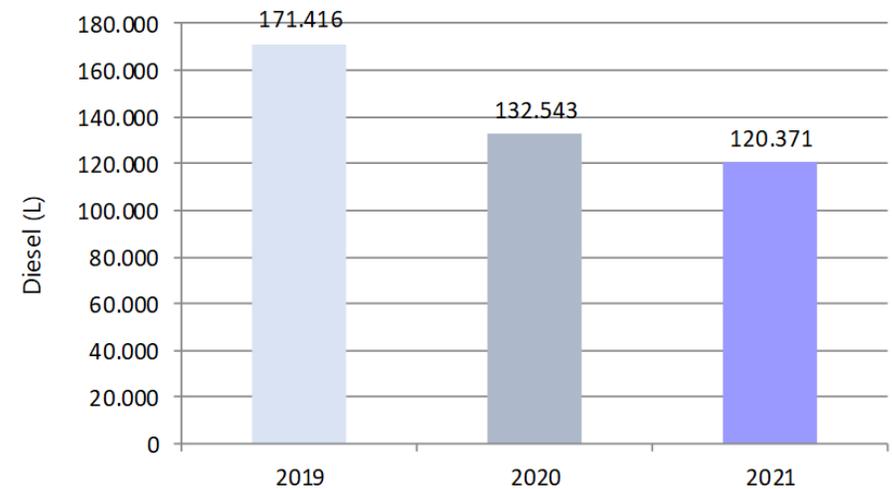


Gráfico 9 - Consumo anual de diesel

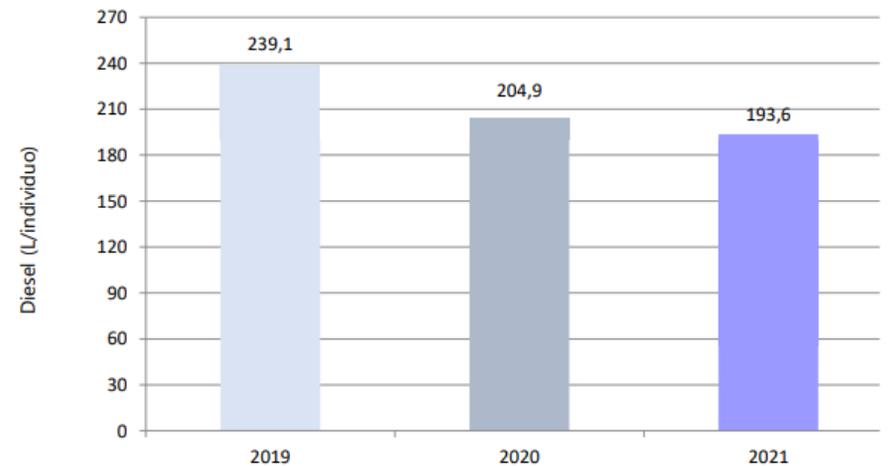


Gráfico 10 – Consumo anual de diesel por indivíduo

Ainda que o impacto da pandemia da COVID-19 se tenha prolongado para 2021, parte da atividade suspensa no ano transato foi retomada. No entanto os consumos totais de diesel foram inferiores aos de 2020, principalmente os consumidos no transporte terrestre. Este resultado deve-se eventualmente às medidas implementadas em 2020, que foram gradualmente abandonadas em 2021, que implicavam um maior espaçamento entre passageiros, provocando uma utilização de viaturas de maior capacidade e, conseqüentemente, consumos mais elevados por saída naquele ano.

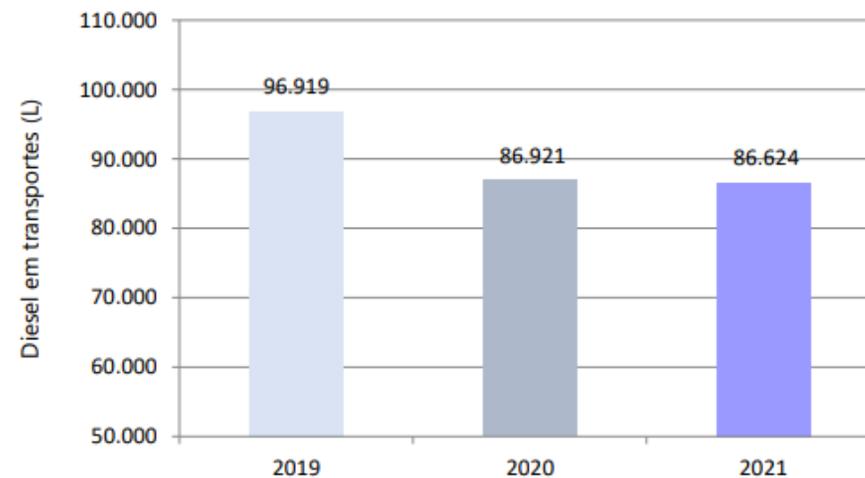


Gráfico 11 – Consumo de diesel no transporte de pessoal

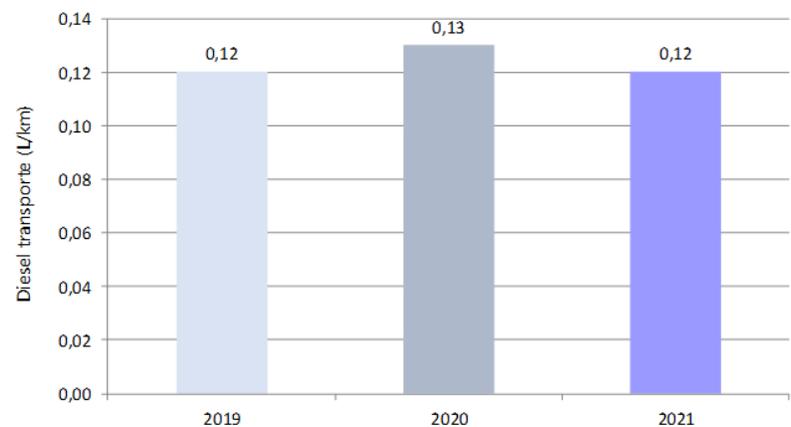


Gráfico 12 – Consumo de diesel no transporte de pessoal por quilómetro

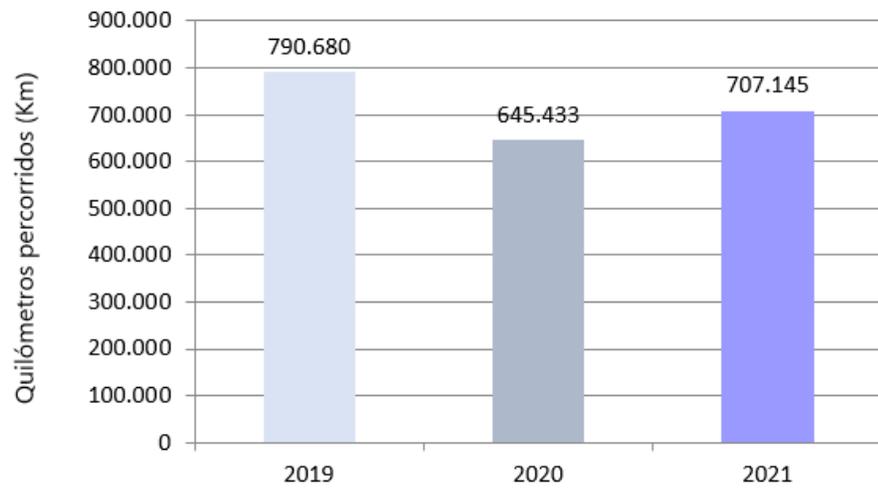


Gráfico 13 - Quilómetros recorridos

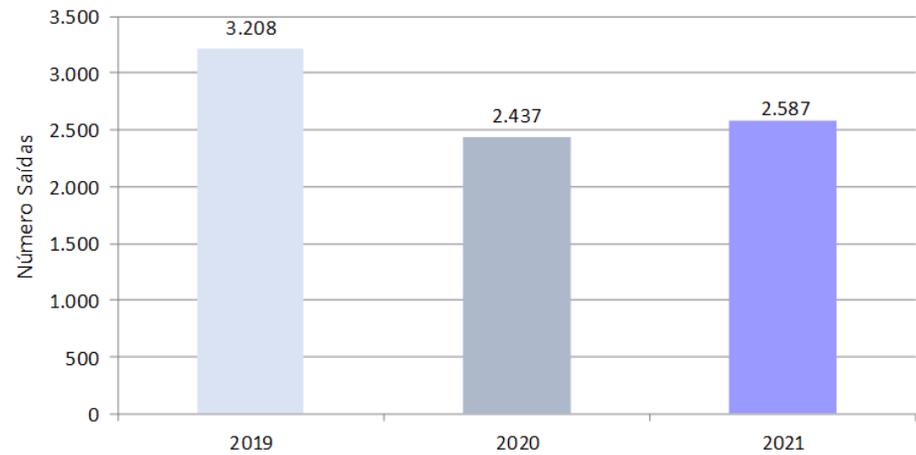


Gráfico 14 - Números de salidas

7.2.1.3.

Consumo de Gasolina

Ao contrário do diesel, são poucos os equipamentos da Unidade que consomem gasolina, sendo essencialmente aparelhos de manutenção de espaços verdes, tais como roçadoras, motosserras, sopradores e corta-relvas. Contudo, dada a reduzida quantidade consumida anualmente, este indicador torna-se mais sensível a variações e acusa, com maior veemência, o volume de trabalhos realizados na área de manutenção dos espaços verdes. Em 2021, uma vez que se retomaram estes trabalhos de manutenção de espaços verdes, registou-se um aumento deste indicador, atingindo os níveis pré-pandémicos (de 2019).

No entanto, é importante referir que a Unidade tem aprovado pela ACHAR - Associação dos Agricultores de Charneca, um Plano de Gestão Florestal, que recomenda que sejam efetuadas anualmente uma série de intervenções na floresta, nomeadamente cortes, plantações, desbaste e limpeza florestal, que podem implicar o consumo deste combustível. Contudo, devido à escassez de recursos humanos na BA5, qualificados para trabalhos florestais, a maioria destes serviços são adjudicados a entidades externas, cujos consumos não se refletem neste indicador.

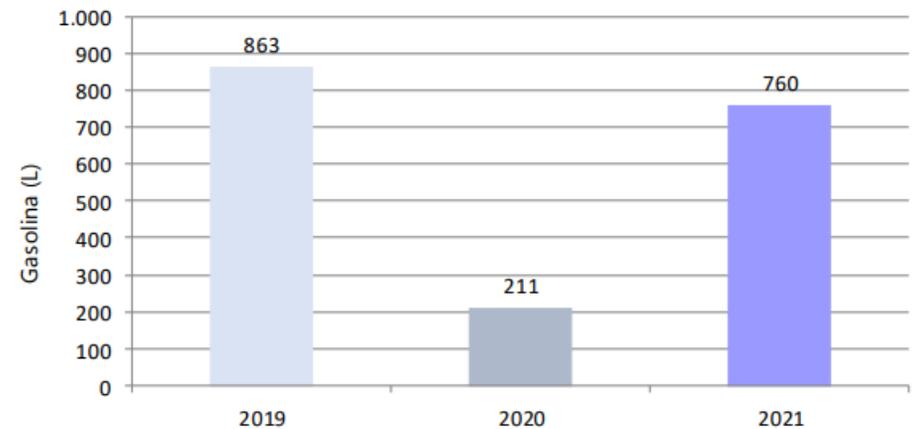


Gráfico 15 - Consumo anual de gasolina

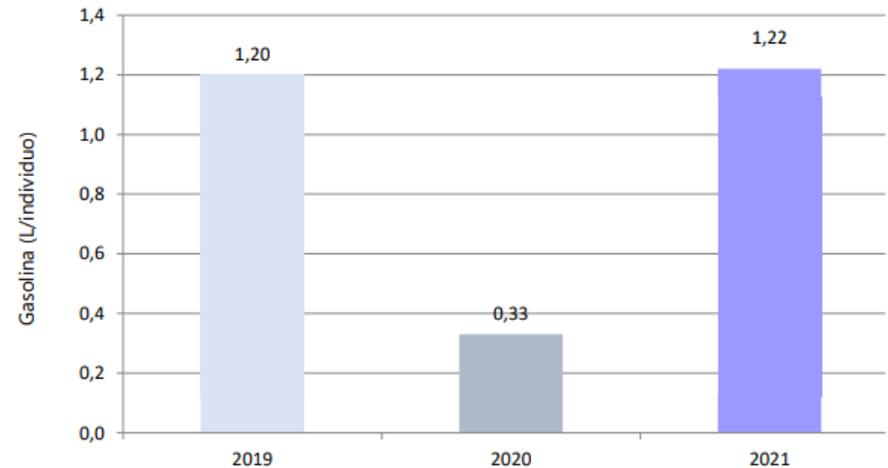


Gráfico 16 - Consumo anual de gasolina por indivíduo

7.2.1.4.

Consumo de Gás Natural

O gás natural consumido na Unidade é essencialmente para o aquecimento de águas sanitárias, climatização de edifícios, produção de vapor e confeção de alimentos. Estes consumos ocorrem em 12 das 16 centrais de aquecimento, distribuídas pela Unidade, e numa central de vapor.

Este indicador encontra-se estreitamente associado ao número de pessoas presentes na Unidade e às horas associadas à manutenção, mas também às temperaturas médias mensais, uma vez que os meses de maior consumo de gás natural correspondem aos meses mais frios do ano. Neste sentido, segundo o IPMA, dado que as temperaturas médias de 2021 (máximas: 12.3°C e mínimas: 3.7°C) foram mais baixas do que as registadas em 2020 (máximas: 13.9°C e mínimas: 5.3°C), perspectivava-se um aumento dos consumos de gás natural.

Por outro lado, a atenuação das medidas de prevenção da COVID-19, que recuperou o número de alojados na BA5, bem como a retoma das atividades habituais, reforçavam o cenário de aumento dos consumos de gás natural face a 2020, como se veio a verificar.

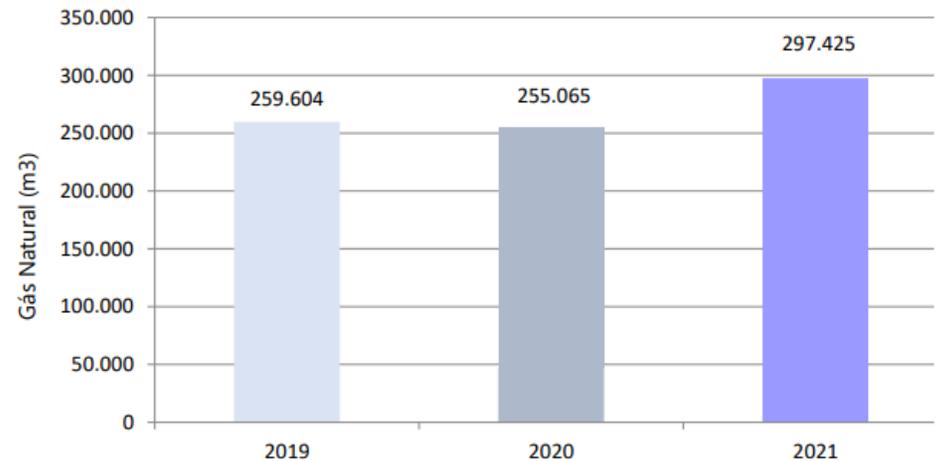


Gráfico 17 - Consumo anual de gás natural

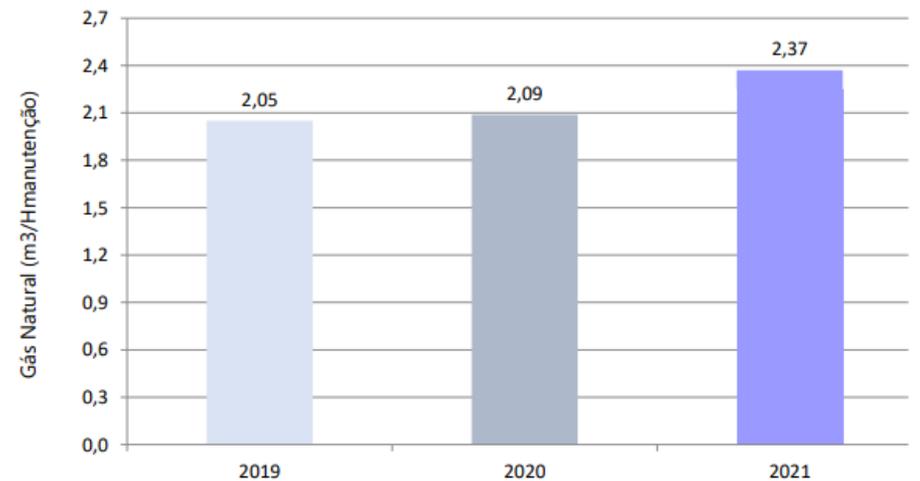


Gráfico 18 - Consumo anual de gás natural por horas de manutenção

7.2.1.5.

Consumo de GPL

Até 2021, 4 das 16 centrais de aquecimento para AQS e climatização eram alimentadas a GPL. No entanto, como mencionado anteriormente, a aposta da Unidade na transição energética, que implica a transição de sistemas alimentados por fontes energéticas mais poluentes para sistemas elétricos, irá influenciar este indicador. Caso disso foi a instalação de um sistema de bomba de calor para AQS em dezembro de 2021, que substituiu o antigo sistema alimentado a GPL, cujos resultados terão expressão em 2022.

À imagem do que se constata com o gás natural, os consumos de GPL estão relacionados não só com o número de indivíduos alojados na Unidade, mas também com a variação das temperaturas médias mensais. Contudo, ao contrário do ano anterior, registou-se um decréscimo considerável do consumo deste combustível (menos 30% face a 2020), melhorando os resultados deste indicador. Este resultado torna-se ainda mais relevante dado que a redução deste indicador implica igualmente a redução das emissões significativas de GEE, uma vez que a esta fonte estão associadas grandes quantidades de CO₂ equivalente por unidade de consumo (1,52 kgCO₂eq por litro GPL).

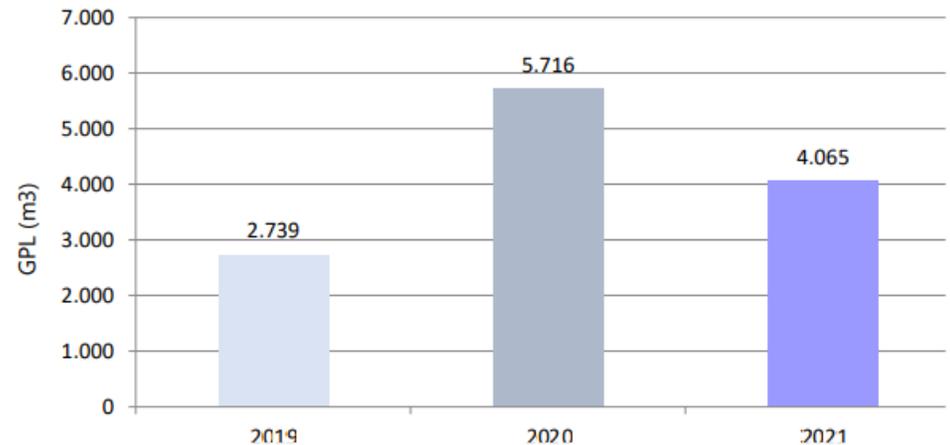


Gráfico 19 – Consumo anual de GPL

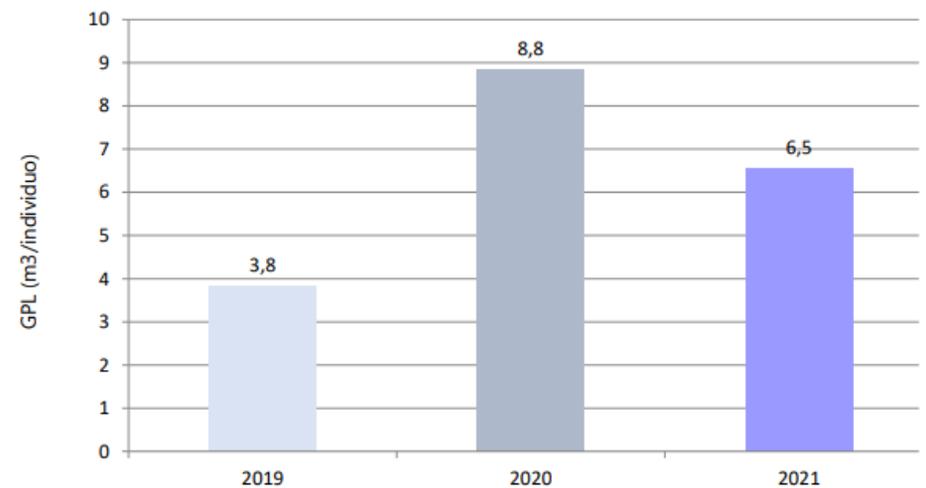


Gráfico 20 – Consumo anual de GPL por indivíduo



7.2.2.

Água

7.2.2.1.

Consumo de Água

Embora BA5 tenha vindo a desenvolver algumas medidas para reduzir os consumos de água, verificou-se um aumento dos consumos deste recurso, culminando com um agravamento significativo em 2021, de cerca de 33% do consumo obtido no ano anterior. Contudo, embora se tenha assistido a um agravamento considerável do consumo de água em 2021, é importante referir que, ainda assim, comparativamente à média anual dos consumos de água entre 2012 e 2017 (104.000m³), o consumo de 103.547 m³ de água situa-se dentro de intervalo tolerável.

Dada a dimensão e os anos de operação da rede de abastecimento, ocorreram ao longo do ano, situações de difícil controlo, como as fugas e ruturas na rede, que poderão, eventualmente, afetar o desempenho ambiental.

No entanto importa reforçar que, ainda que o indicador tenha obtido um agravamento na ordem dos 30%, face ao ano transato, a Unidade manteve a aposta nos trabalhos de reparação efetuados no domínio das perdas e ruturas da rede de abastecimento, apesar da redução do efetivo especializado nesta área. Caso disso foram as obras de reestruturação das cisternas de abastecimento de água nº1 e nº2, bem como as obras de reparação da rede de abastecimento de água nos alojamentos dos Oficiais e Sargentos.

Por outro lado, em virtude das medidas de desinfeção e higienização implementadas na Unidade em 2020, com vista a prevenir o risco de propagação da COVID-19, perspetivava-se que o aumento dos consumos de água se prolongasse também para o presente ano. A forte sensibilização para a higienização frequente das mãos foi uma das medidas de prevenção estabelecidas, que consequentemente influenciam os resultados deste indicador.

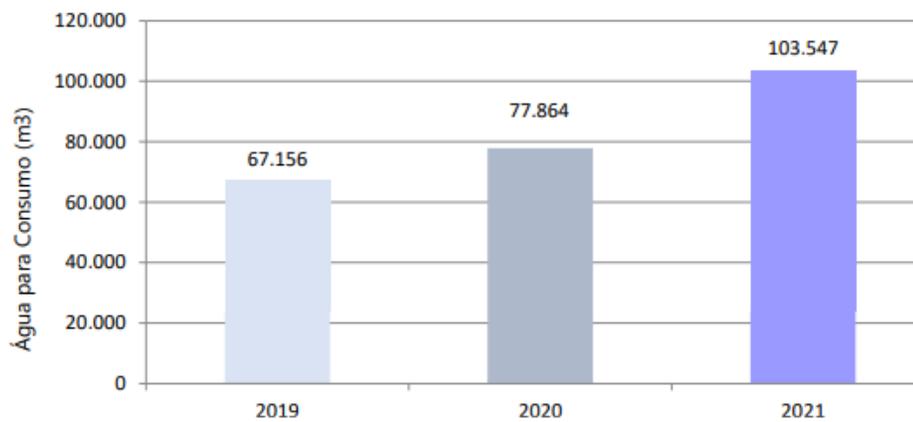


Gráfico 21 – Consumo anual de água

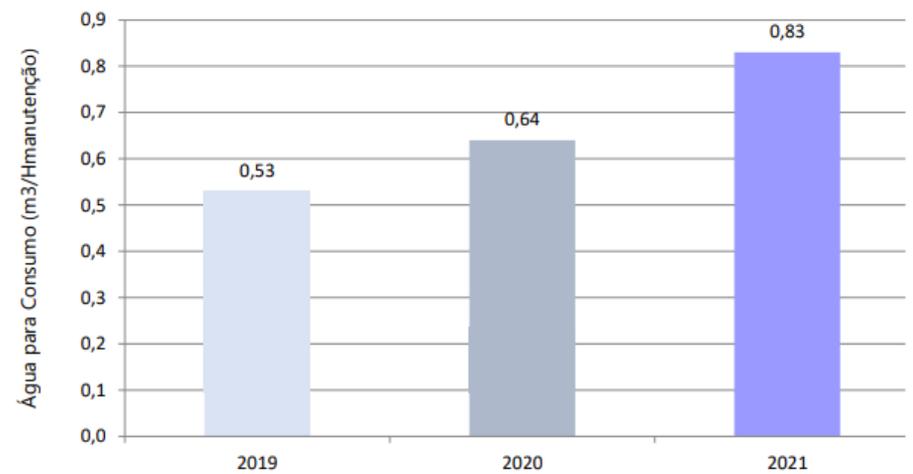


Gráfico 22 – Consumo anual de água por horas de manutenção

7.2.2.2.

Água Residual Tratada

A água residual produzida na Unidade é encaminhada para a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), localizada no interior da mesma. Esta água é composta maioritariamente por água residual doméstica, sendo também composta por água proveniente das áreas de manutenção da Unidade, após pré-tratamento.

Os valores deste indicador encontram-se condicionados principalmente pela densidade populacional presente na Unidade ao longo do ano. Consta-se que, no ano de 2021, houve um aumento de produção anual de águas residuais face ao ano anterior (mais 18% de água residual tratada), convergindo com o aumento do consumo de água no mesmo período. É importante referir que, ao contrário dos demais, o aumento deste indicador não revela necessariamente um pior desempenho ambiental, desde que se assegure que o efluente tratado apresenta a qualidade desejável e cumpre os valores previstos na respetiva licença. No entanto, estes resultados poderão revelar a existência de eventuais fugas da rede de abastecimento de água, uma vez que nos últimos três anos apenas se tratou menos de metade do volume total de água captada, quando entre 2012 e 2018 este rácio se manteve acima dos 60%.

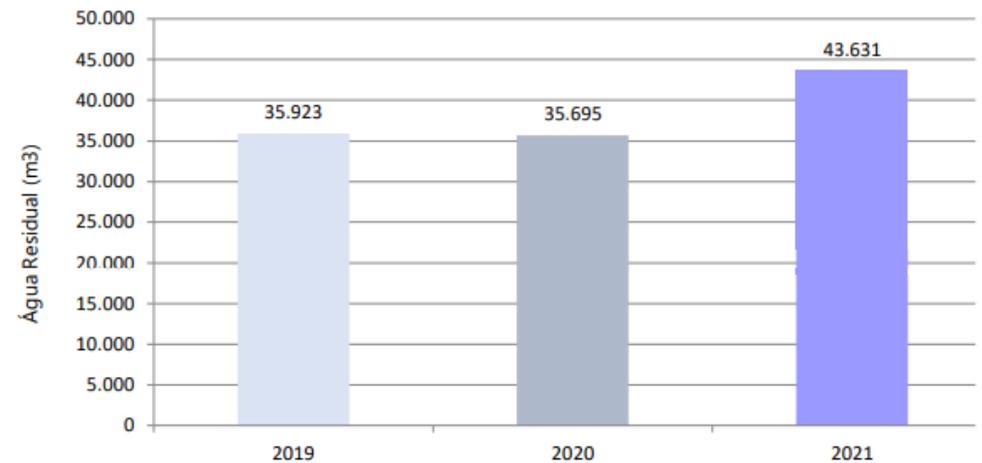


Gráfico 23 – Produção anual de água residual

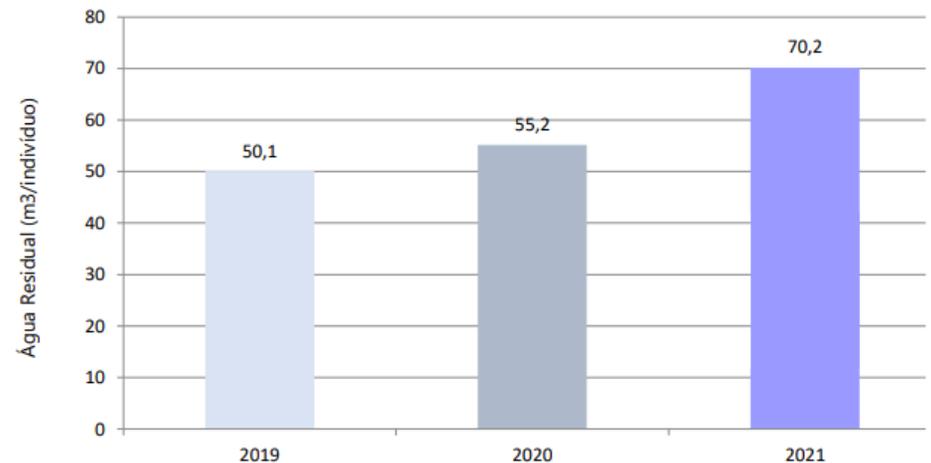


Gráfico 24 – Produção anual de água residual por indivíduo



7.2.3. Resíduos

Devido à diversidade das atividades desenvolvidas na Unidade, a tipologia dos resíduos produzidos corresponde a uma vasta gama, que compreende vários códigos da Lista Europeia de Resíduos (LER). No entanto estes podem ser divididos em resíduos sólidos urbanos (RSU) e em outros resíduos, que compreende os resíduos industriais banais perigosos, resíduos hospitalares, resíduos agrícolas e os demais fluxos específicos.

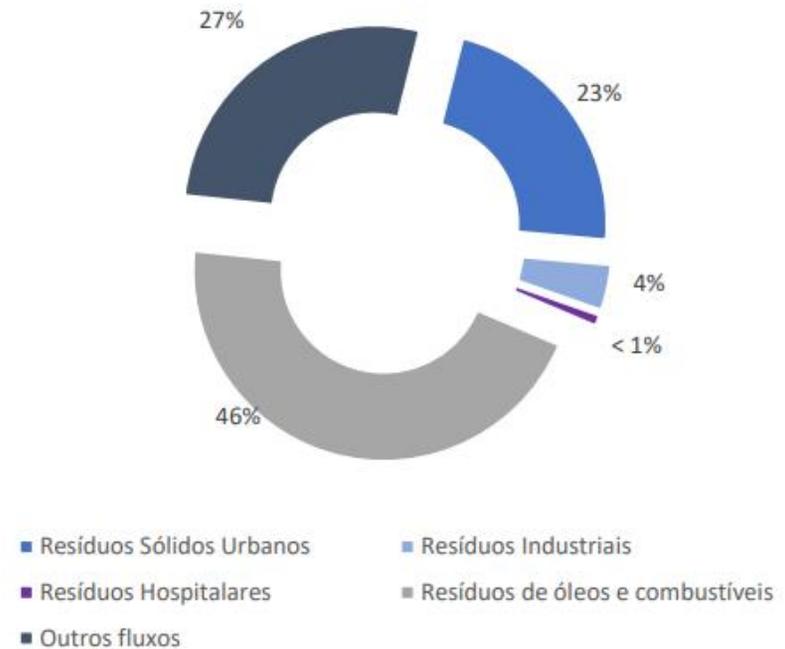


Gráfico 25 – Tipologia dos resíduos produzidos

7.2.3.1.

Resíduos Sólidos Urbanos

Os resíduos sólidos urbanos são produzidos em todas as áreas da Unidade, incluindo nos alojamentos e residências. A produção destes resíduos, que são recolhidos semanalmente, varia consoante o número de indivíduos presentes na Unidade, bem como outras ocorrências pontuais como os grandes eventos e a execução de obras na Unidade.

Convergindo com os resultados obtidos nos anos anteriores, em 2021 registou-se uma significativa redução de produção desta tipologia de resíduos, comparativamente ao ano transato (menos 10 toneladas de RSU). Para além da redução do valor absoluto de produção de RSU, é de realçar que a fração de RSU na quantidade total de resíduos produzidos na Unidade (equivalente a 23% em 2021) também diminuiu comparativamente aos últimos anos, em que a média atingiu os 30%.

Estes resultados espelham igualmente a cultura já enraizada desta Unidade em promover a reutilização e reciclagem de resíduos, bem como a redução do consumo de recursos. A redução da produção de RSU, para além de indiciar um menor consumo de recursos e materiais, implica, igualmente, que se encaminhe menores quantidades de resíduos para aterro, que apresenta outros impactes ambientais no processo de eliminação, principalmente ao nível de emissões.

Visto que se trata de um indicador que abrange maioritariamente a atividade doméstica, para a presente Declaração Ambiental optou-se por analisar a produção de RSU nos últimos três anos em função do número de indivíduos (na última declaração em indicador foi analisado mediante as horas de manutenção).

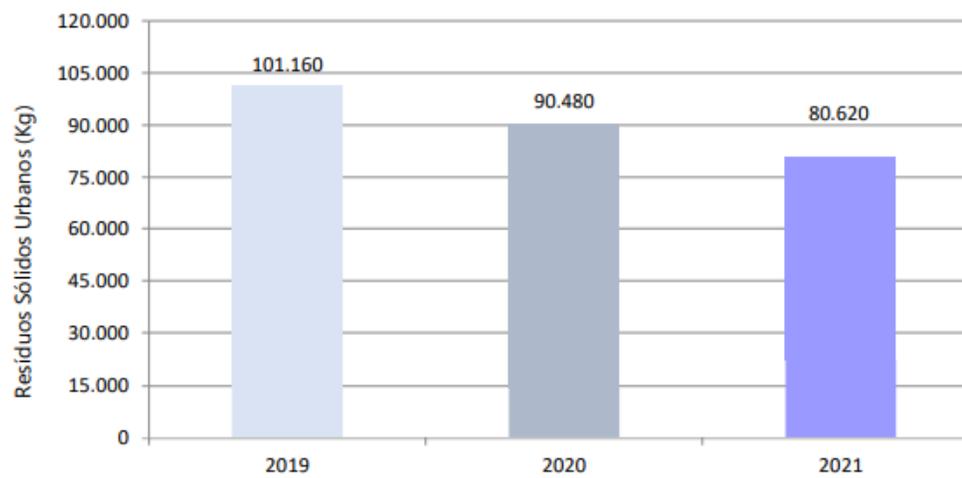


Gráfico 26 – Produção anual de resíduos sólidos urbanos

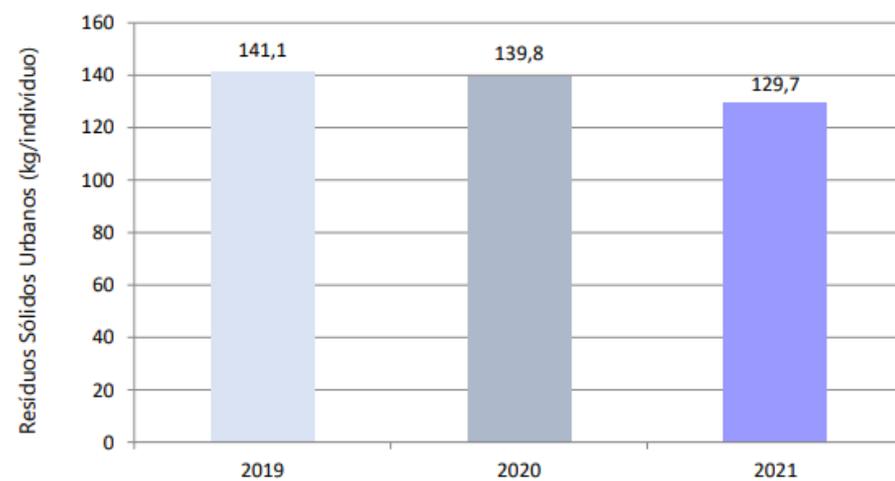


Gráfico 27 – Produção anual de resíduos sólidos urbanos por indivíduo

7.2.3.2.

Outros Resíduos

Quanto à produção dos outros resíduos, mais concretamente os resíduos industriais banais e perigosos, resíduos hospitalares, resíduos agrícolas e os outros fluxos específicos, uma vez que esta se encontra associada ao volume de atividade realizado nas áreas de manutenção (que aumentou relativamente a 2020), era esperado, de igual modo, um aumento de produção destes resíduos em 2021, como se veio a assistir. São, por essa razão, as ações de manutenção planeadas e de longa duração, que são realizadas pelas áreas de manutenção da BA5 nos hangares da manutenção, as que produzem maiores quantidades destes resíduos

A gestão de combustível aeronáutico na Unidade é outra atividade que apresenta uma grande influência no desempenho deste indicador, uma vez que quase metade da totalidade dos resíduos produzidos (46% em 2021) foram gerados a partir de processos como o *defuelling*, bem como pela inspeção e manutenção preventiva dos depósitos de combustível aeronáutico (POL), que geram grandes quantidades de resíduos de combustível.

Estes resultados não desvanecem a política circular de recursos implementada na Unidade, que tem permitido promover mecanismos que incentivam a transformação de resíduos em novos produtos, através da inovação, reutilização, recuperação, valorização e reciclagem, apostando, desta forma, num modelo circular de produtos.

São exemplos disso a aquisição dos panos recicláveis MEWA, que permitem optar por um processo linear que não gera resíduos, os resíduos de madeiras e metais, bem como os resíduos de combustível gerados pelo próprio *defuelling*, os OAU e os óleos e lubrificantes, que são recuperados e tratados por operadores especializados, de forma a serem reintroduzidos numa nova cadeia como matéria prima.

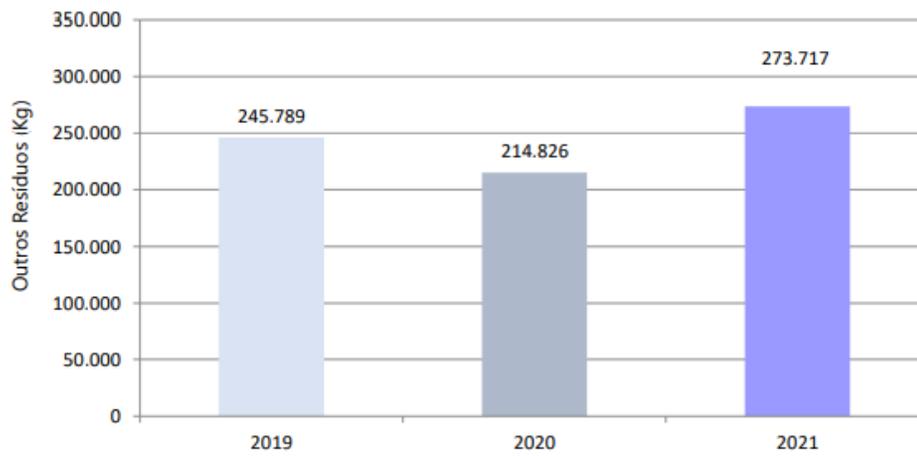


Gráfico 28 – Produção anual de outros resíduos

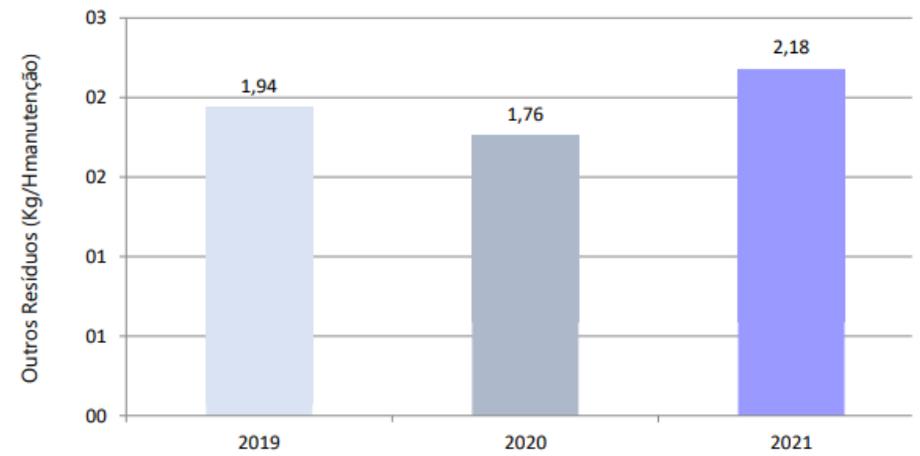


Gráfico 29 – Produção anual de outros resíduos por horas de manutenção

7.2.3.3.

Valorização de Resíduos

Quanto ao destino final da totalidade dos resíduos, é possível verificar que grande parte destes resíduos (cerca de 69% em 2021) é encaminhada para valorização, sendo que, para este rácio, foram contemplados os cerca de 23% dos resíduos referentes aos RSU que são depositados em aterro.

No entanto, tendo em conta estes números, torna-se importante referir que, devido ao tipo de missão atribuída à Unidade, grande parte da gestão de resíduos é vocacionada para materiais perigosos, o que apresenta várias implicações no que toca à sua valorização ou reutilização.

Por essa razão, tendo em conta que parte das ações que visam a correta gestão de resíduos devem ser implementadas na fase de redução e reutilização de materiais, a Unidade tem empenhado esforços neste sentido, havendo, em várias áreas, bons exemplos de reaproveitamento de materiais.

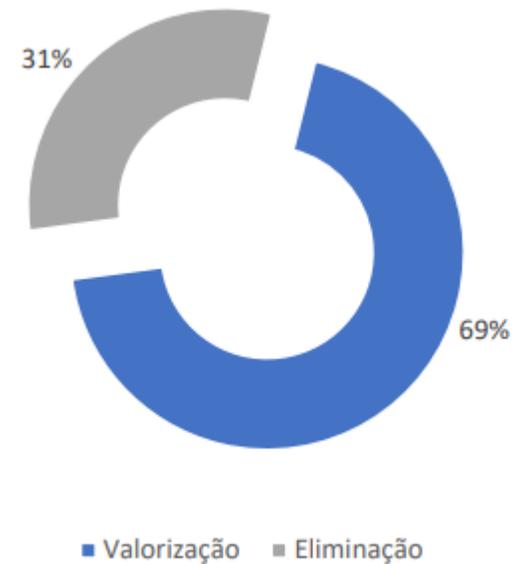


Gráfico 30 – Taxa de valorização de resíduos

Tabela 6 – Resíduos encaminhados para eliminação

Designação	Código LER	Quantidade (Kg)
Operação de Eliminação D		
Resíduos de tintas e vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	080111(*)	701
Suspensões aquosas contendo tintas ou vernizes, contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	080119(*)	2.300
Emulsões e soluções de maquinagem, sem halogéneos	120109(*)	7.005
Lamas provenientes dos separadores óleo/água	130502(*)	754
Água com óleo proveniente dos separadores óleo/água	130507(*)	6.786
Filtros de ar	150203	20
Objetos cortantes e perfurantes (excepto 18 01 03)	180101	18,69
Resíduos cujas recolha e eliminação estão sujeitas a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infecções	180103(*)	192
Misturas de gorduras e óleos, da separação óleo/água, cont. apenas óleos e gorduras alimentares	190809	9.780
Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos	200301	80.620

Tabela 7 – Resíduos encaminhados para valorização

Designação	Código LER	Quantidade (Kg)
Operação de Valorização R		
Óleos hidráulicos minerais não Clorados.	130110(*)	908
Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	130208(*)	999
Outros combustíveis (incluindo misturas)	130703(*)	536
Outros solventes e misturas de solventes	140603(*)	316
Embalagens de plástico	150102	340
Embalagens de madeira	150103	2.000
Mistura de Embalagens	150106	14.400
Embalagens contaminadas por substâncias perigosas.	150110(*)	1.852
Embalagens de metal, incluindo recipientes vazios sob pressão, com uma matriz porosa sólida perigosa	150111(*)	70
Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas.	150202(*)	1.567
Filtros de óleo	160107(*)	253
Outras pilhas e acumuladores	160605	155,04
Resíduos contendo hidrocarbonetos.	160708(*)	141.740
Fero e Aço	170405	20.180
Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio	200121(*)	94
Óleos e gorduras alimentares	200125(*)	607,2
Equipamento elétrico e eletrónico fora de uso n abrangido em 200121/200123 contendo componentes perigosos	200135(*)	384,5
Equipamento elétrico e eletrónico fora de uso n abrangido em 20 01 21, 20 01 23 ou 20 01 35	200136	803,5
Metais.	200140	58.955



7.2.4. Material

7.2.4.1. Papel

O papel é um recurso consumido em diversas áreas da Unidade, nomeadamente nas secretarias, através da elaboração de documentação ou do envio de correspondências, nas áreas da formação e publicações técnicas, com a impressão da documentação necessária para a realização das ações de manutenção, bem como nas demais áreas administrativas de cada setor. Desta forma, dado que a realização do controlo nos locais de consumo é uma tarefa complexa, os valores utilizados para monitorizar os consumos de papel são referentes às quantidades requisitadas pelas diversas subunidades à Esquadra de Abastecimento.

Em 2021, devido às diversas medidas que têm vindo a ser implementadas na Unidade e de outras resultantes da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2018, com vista à digitalização de processos, a Unidade conseguiu manter a tendência de redução deste indicador ao diminuir em 5% do consumo de papel comparativamente a 2020.

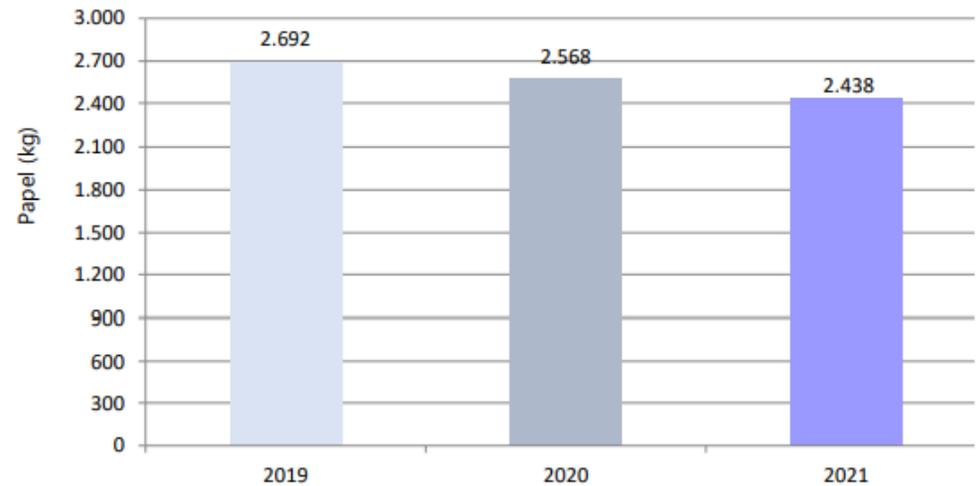


Gráfico 31 - Consumo anual de papel

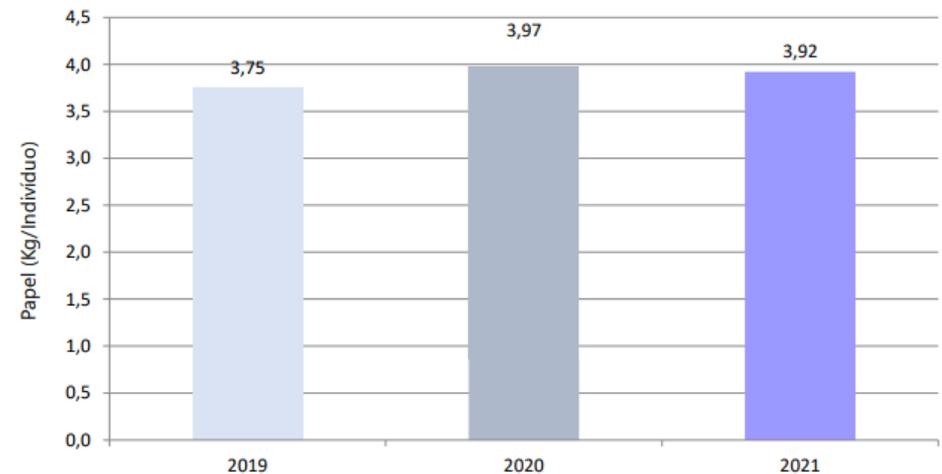


Gráfico 32 - Consumo anual de papel por indivíduo

7.2.4.2.

Consumíveis de Impressão

Visto que todas as áreas dependem de um processo documental, os consumíveis de impressão são utilizados quer nas áreas administrativas, como secretarias e gabinetes, como também nos processos de apoio à área operacional, como na formação e qualificação de militares. O consumo destes recursos depende de diversas variáveis, sendo que se encontram associados, de forma mais evidente, ao volume de trabalho operacional.

Dado que nos últimos anos foram implementados alguns mecanismos de redução do desperdício deste recurso, aliados também à aposta da redução do papel, em 2021 a Unidade obteve uma clara redução deste indicador (cerca de 10%) relativamente ao ano anterior, ainda que grande parte destes materiais continua a ser consumido devido às exigências regulamentares que a Organização dispõe, nomeadamente ao nível de aprovações, delegações e autorizações de processos.

À semelhança do papel, parte desta redução deve-se igualmente à implementação das diversas medidas resultantes da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2018.

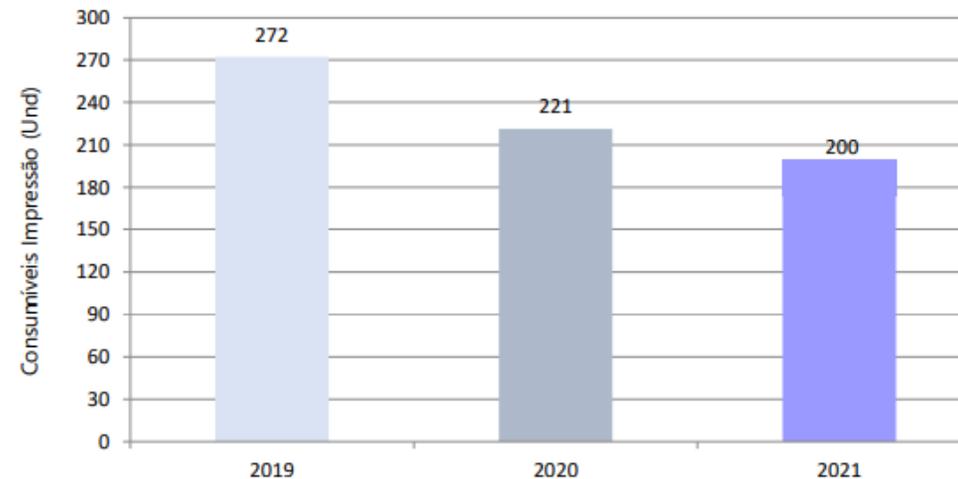


Gráfico 33 - Consumo anual de consumíveis de impressão

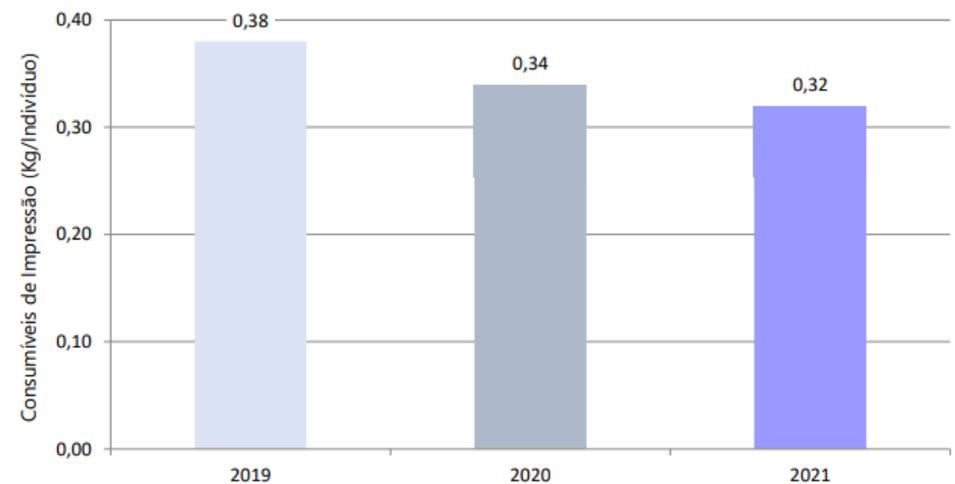


Gráfico 34 - Consumo anual de consumíveis por indivíduo

7.2.4.3.

Produtos Químicos

Os produtos químicos são utilizados tanto na área de apoio, nomeadamente nas ações de manutenção em infraestruturas e equipamentos, bem como na área operacional, mais concretamente nas atividades de manutenção das aeronaves e equipamentos auxiliares. Também na área de limpeza e higiene, bem como no tratamento de águas, são utilizados alguns produtos químicos.

À semelhança de outros indicadores ambientais, o consumo de produtos químicos está associado ao volume de horas da manutenção. Contudo, apesar do total de horas associadas à manutenção tenha aumentado ligeiramente comparativamente ao ano anterior, o consumo de produtos químicos na Unidade apresentou um comportamento distinto, ao diminuir em 20% face a 2020. À margem deste controlo, a Unidade monitoriza as quantidades de produtos químicos consumidos anualmente, essencialmente para a determinação de compostos orgânicos voláteis (COV).

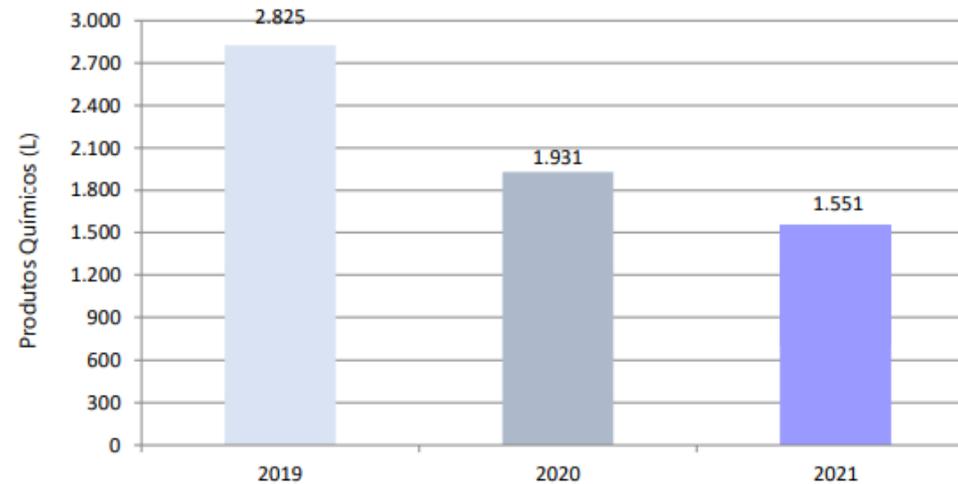


Gráfico 35 - Consumo anual de produtos químicos

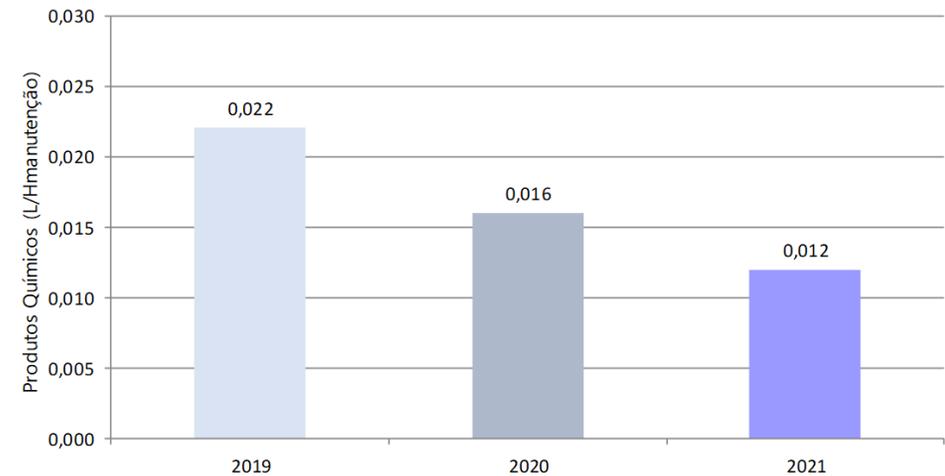


Gráfico 36 – Consumo anual de produtos químicos por horas de manutenção

7.2.4.4. Material Têxtil

Visto que, segundo a regulamentação interna das forças armadas, todos os militares devem dispor de fardamento adequado para o respetivo serviço, existe uma gestão ao nível de material têxtil, que implica o consumo e o abate dos mesmos. Esta gestão, efetuada pela Esquadra de Abastecimento, depende essencialmente do número de efetivos na Unidade, que fazem uso do fardamento militar.

Os valores relativos ao consumo de têxtil apresentam um aumento de cerca de 48% face ao ano anterior, resultado que pode ser explicado pelo facto de também em 2021 se ter assistido à saída de um grande número de militares que se encontravam no ativo. Neste indicador encontram-se contemplados todas as fardas militares, nomeadamente os camuflados, uniforme de serviço, calçado, bem como fatos e equipamentos de voo.

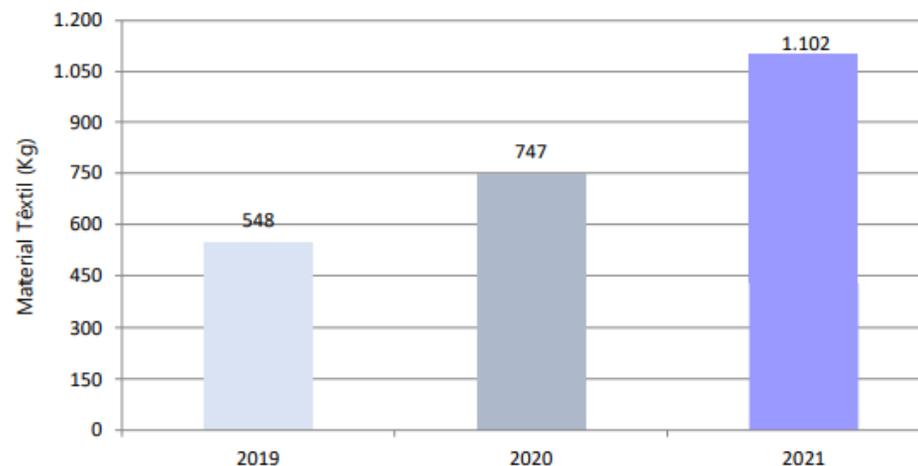


Gráfico 37 - Consumo anual de material têxtil

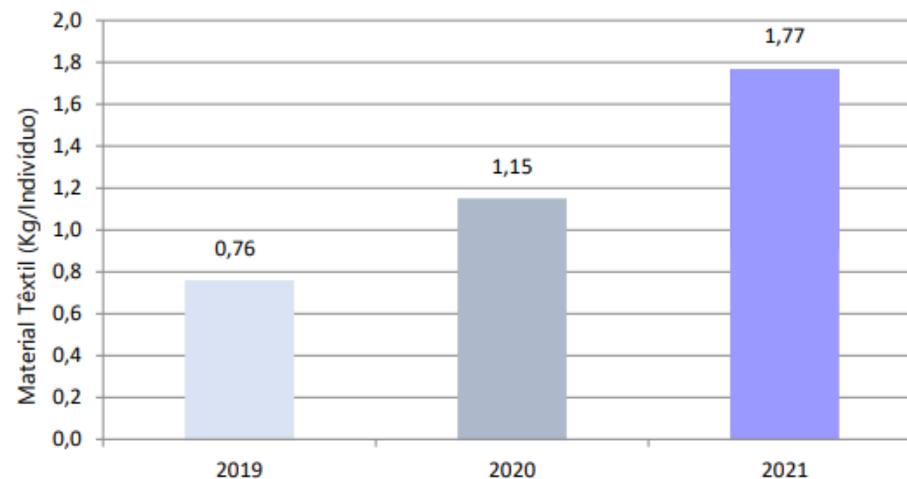


Gráfico 38- Consumo anual de material têxtil por indivíduo



7.2.5. Emissões

As emissões atmosféricas na Unidade são de natureza pontual e difusa, sendo que são consideradas fontes pontuais os equipamentos, as máquinas de ensaios laboratoriais, os geradores de emergência e equipamentos de cozinha, e fontes difusas os veículos terrestres e os equipamentos auxiliares

São consideradas as emissões totais de GEE, que constituem essencialmente um importante contributo para o aquecimento global, bem como as emissões atmosféricas, que são responsáveis pela degradação da qualidade do ar.

Para a presente declaração, os valores das emissões de GEE e das emissões atmosféricas referentes aos últimos três anos são avaliados em função das horas de manutenção e não por número de indivíduos, uma vez que estas emissões são geradas em contexto de operação.



7.2.5.1

Emissões totais de GEE

A emissão de GEE está relacionada com fatores de diferentes naturezas, sendo que, uma parte deles, são de difícil quantificação. Os valores das emissões totais de GEE foram determinados com base no *Protocolo de Gases com Efeito de Estufa - Normas Corporativas de Transparência e Contabilização*, desenvolvido pelos WBCSD - Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável e World Resources Institute, cujo objetivo é desenvolver normas internacionais de monitorização e comunicação destas emissões, oferecendo orientações claras para a quantificação de GEE. Visto que o dióxido de carbono é o mais usual de entre os GEE, este serve de indicador comum para medir todos os outros gases.

Com base nos modelos de cálculo desta norma, constatou-se que a energia térmica produzida na Unidade, com base na utilização de gás natural e GPL, é a atividade de mais contribui para a emissão de GEE (quase 90% de todas as emissões monitorizadas).

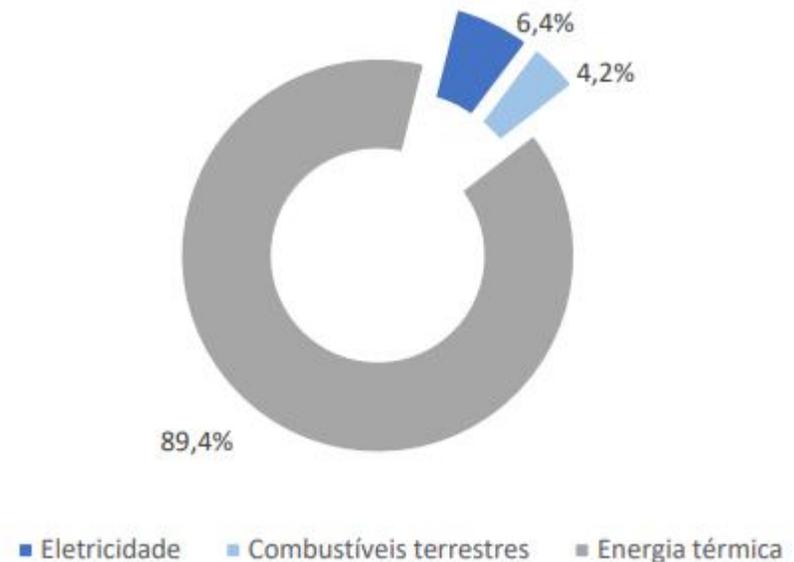


Gráfico 39 – Emissões por fonte de energia

Para este indicador não entra a contabilização dos consumos de combustível das aeronaves, dado que se trata de matéria classificada. A fração de energia elétrica consumida proveniente de fontes de energia renovável, por não apresentar emissões associadas, também não foi contemplada neste indicador.

Naturalmente que os resultados obtidos em alguns indicadores referentes aos consumos de energia apresentam uma grande influência nos valores das emissões totais de GEE. Contudo, embora se tenha registado um aumento dos consumos de energia elétrica, gasolina e gás natural, o decréscimo significativo dos consumos de GPL (na ordem dos 30%), foi determinante para a diminuição das emissões destes gases face a 2020. Para a redução das emissões de GEE também contribuiu a energia renovável gerada na UPAC da Unidade, que em 2021 produziu cerca de 300.000kWh (cerca de 10% da energia elétrica consumida em 2021).

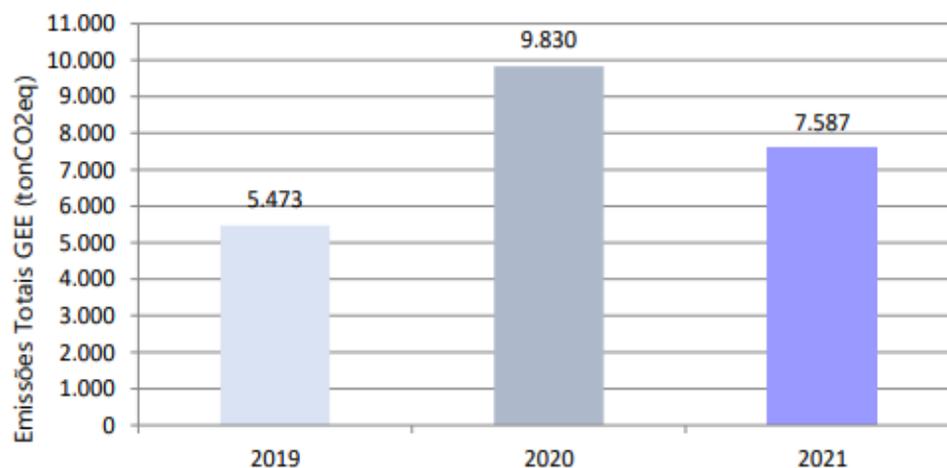


Gráfico 40 – Emissões totais de GEE

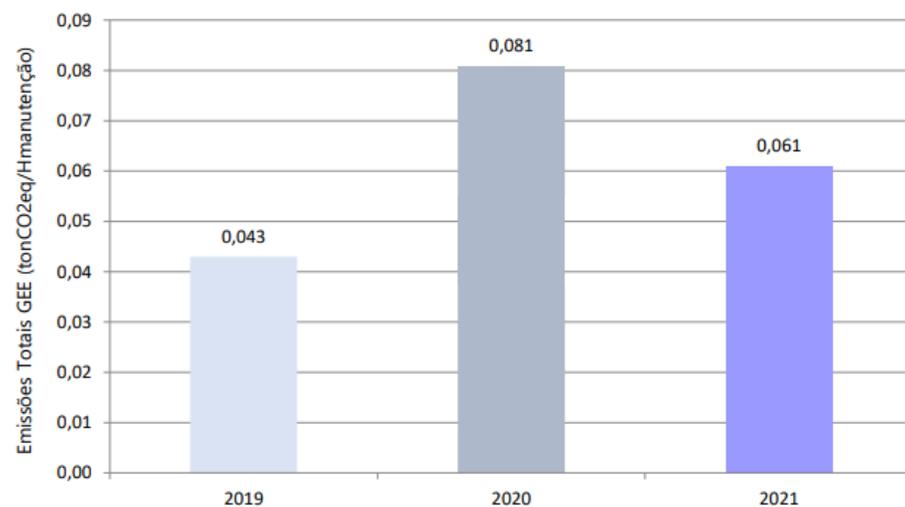


Gráfico 41 – Emissões totais de GEE por horas de manutenção

São analisadas separadamente as emissões de GEE produzidas no transporte de pessoal, tendo em conta o número de transportes efetuados. Para o efeito, na impossibilidade de diferenciar os tipos de viatura, foi utilizado um valor médio de emissão de GEE por quilómetro, também previsto no Protocolo de Gases com Efeito de Estufa. Com o alívio das medidas de prevenção da COVID-19, parte das atividades externas à Unidade foram retomadas, promovendo um maior número de deslocações e de quilómetros percorridos, implicando inevitavelmente um ligeiro aumento das emissões associadas a esta atividade.

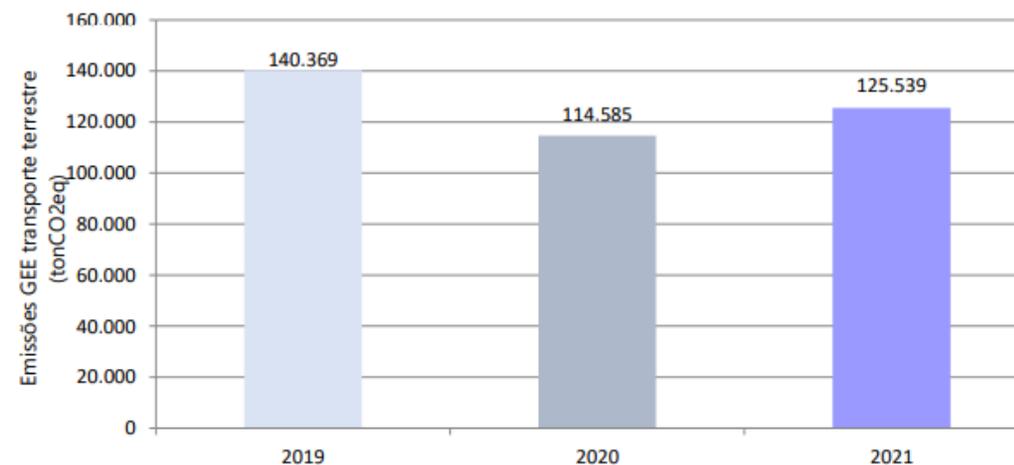


Gráfico 42.- Emissões de GEE referente ao transporte de pessoal

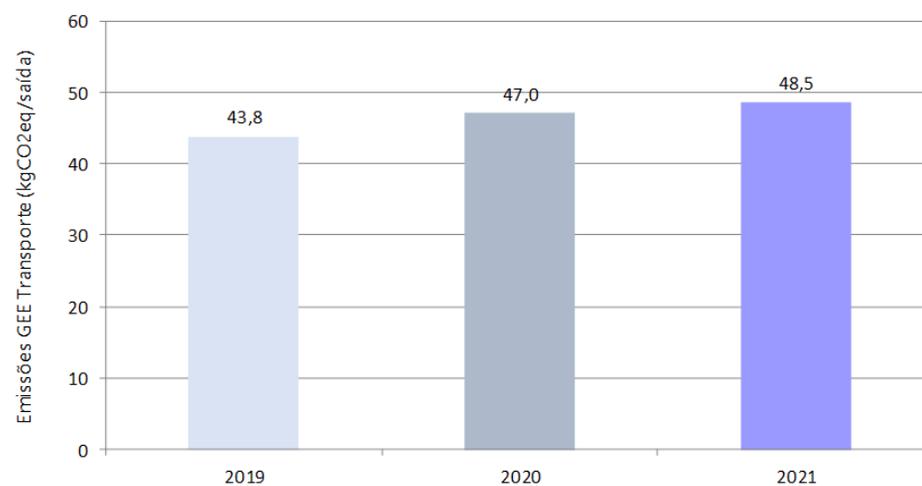


Gráfico 43 – Emissões de GEE referente ao transporte por saída

7.2.5.2

Emissões atmosféricas

As emissões atmosféricas anuais foram determinadas tendo em conta os consumos de combustíveis nos equipamentos de combustão da Unidade. Este indicador inclui as emissões de dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NO_x) e partículas (PM₁₀), expressas separadamente em quilogramas. Para o efeito, foi considerada a metodologia de determinação de emissões provenientes de fontes convencionais, que utilizam combustíveis convencionais, que constam no manual de apoio ao preenchimento do formulário de Registo de Emissões e Transferências de Poluentes (elaborado pela Agência Portuguesa do Ambiente).

Embora cada um dos combustíveis emita diferentes quantidades de poluentes, são os óxidos de azoto que apresentam maior expressão relativamente às demais substâncias (equivalente a 98% das emissões atmosféricas).

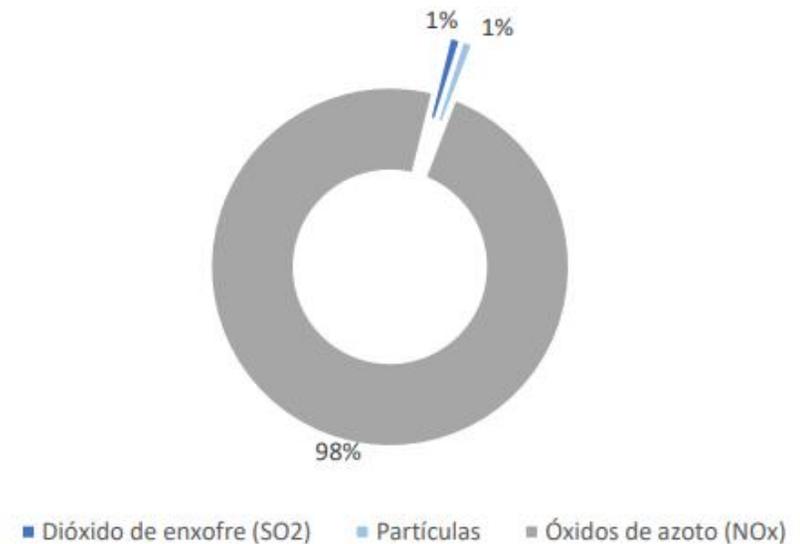
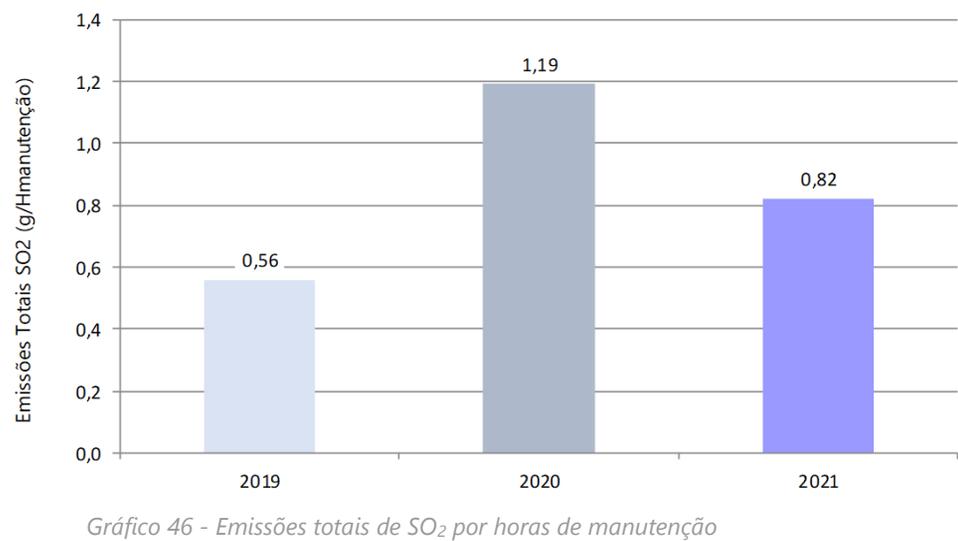
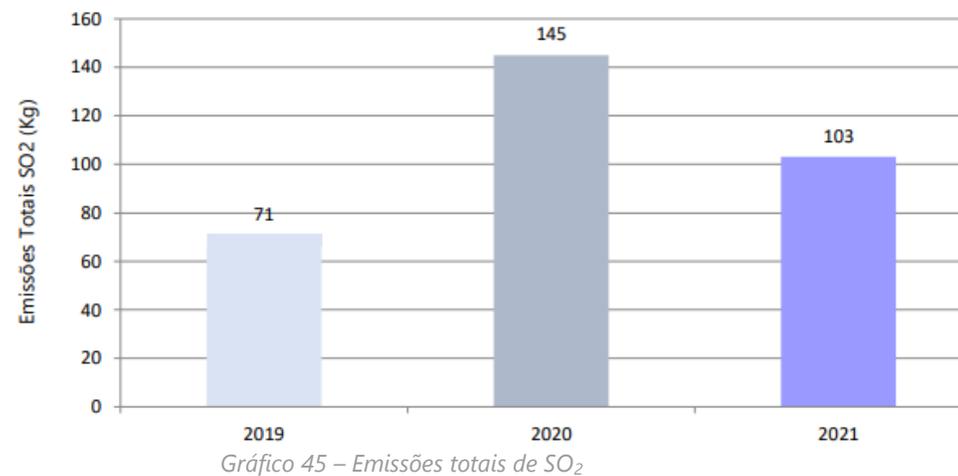


Gráfico 44 – Emissões atmosféricas por poluente

Os resultados obtidos nos diferentes consumos de energia apresentam uma grande influência nos valores deste indicador. Assim, embora se tenha registado um aumento dos consumos de gasolina e gás natural, o decréscimo significativo dos consumos de GPL foi determinante para a redução da emissão destes gases face a 2020.



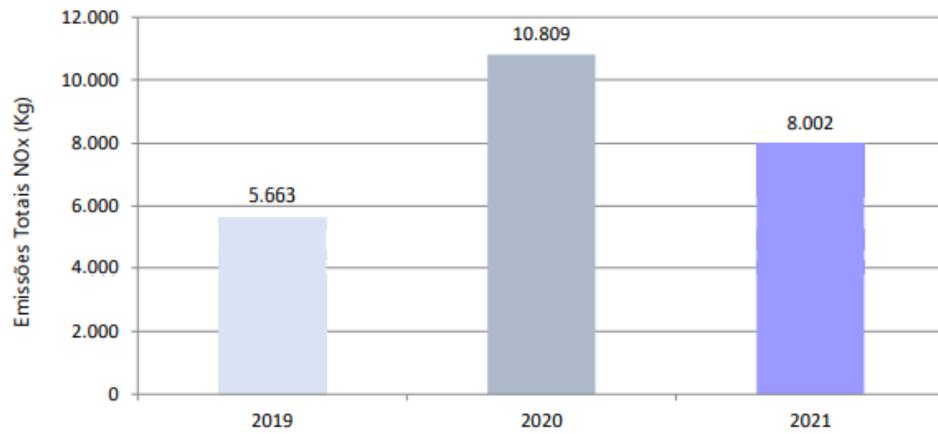


Gráfico 47 – Emissões totais de NOx

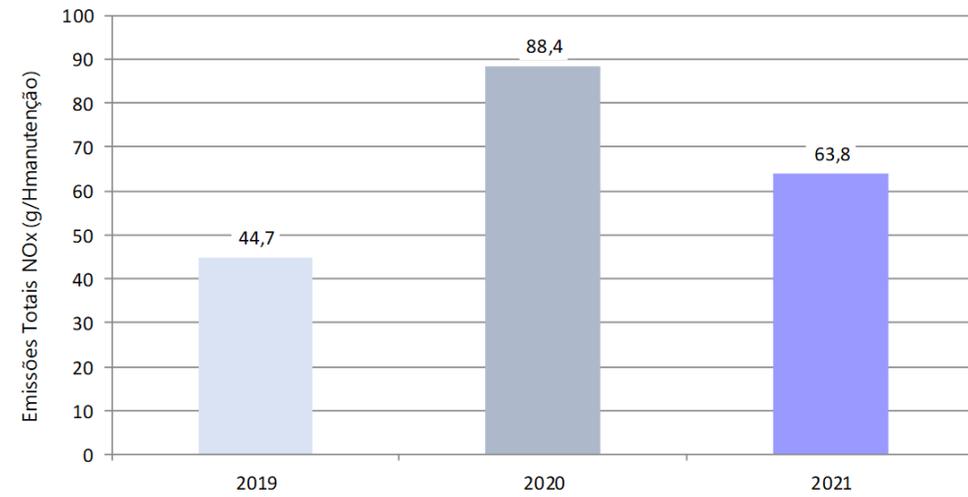


Gráfico 48 – Emissões de NOx por horas de manutenção

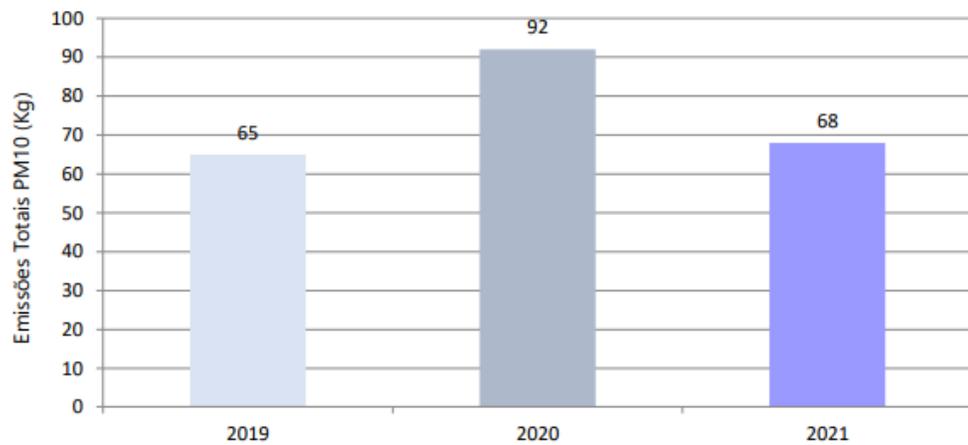


Gráfico 49 – Emissões totais de PM10

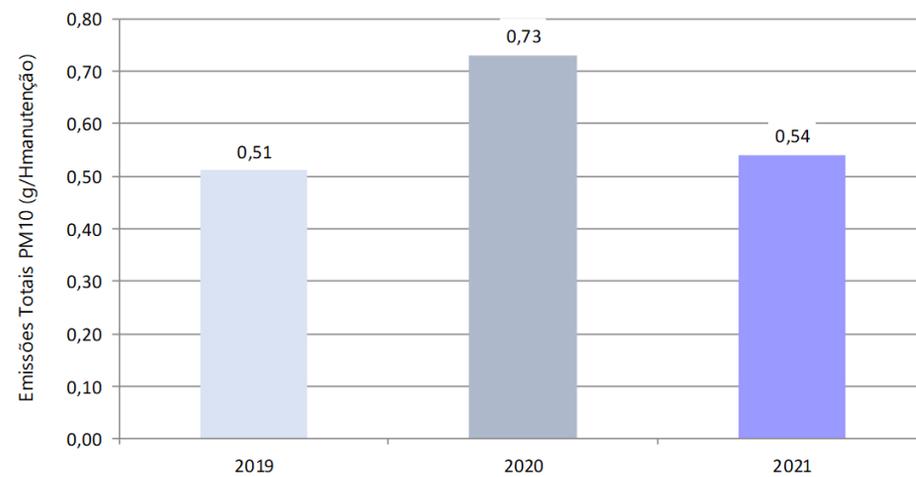


Gráfico 50 – Emissões totais de PM10 por horas de manutenção



7.2.6. Utilização dos Solos

A utilização dos solos na BA5, que compreende uma área total de 467 ha, pode ser dividida entre a área florestal, área de incultos e área confinada. Desta forma, considerando que a zona orientada para a natureza seja a área para o desenvolvimento e sustentação da fauna e flora, esta compreende a área florestal, juntamente com as áreas previstas para futuras plantações e as zonas compostas por invasoras, correspondendo a um total de 209 ha.

Considera-se área confinada os espaços que compreendem os edifícios, a rede viária e a zona de pista e acessos, correspondendo a cerca de 125 ha. A restante fração é composta pelas áreas de incultos, com cerca de 133 ha. Da área florestal é possível referir que esta é maioritariamente composta por Pinheiro Bravo (cerca de 82%), Pinheiro Manso (cerca de 1%) e uma zona de mistura de Pinheiro Bravo e Manso (cerca de 7%).

Para o ano de 2022, atendendo ao plano de ações florestais estabelecido, prevê-se que a área florestal aumente ligeiramente, principalmente aproveitando parte da área que agora se encontra categorizada como inculto.

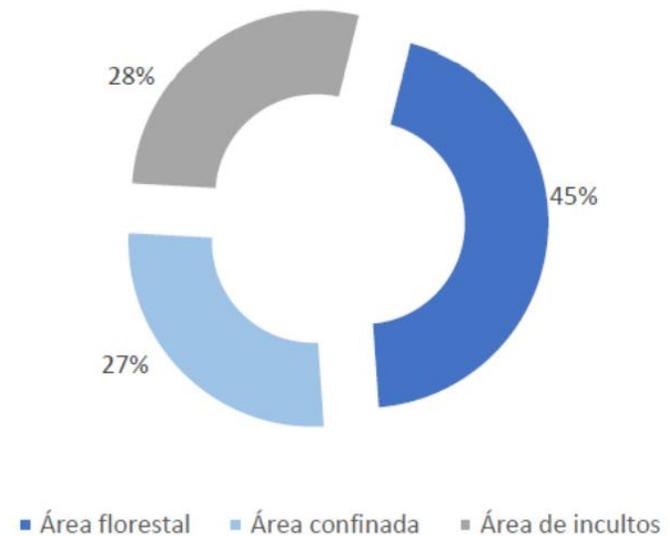


Gráfico 51 – Formas de utilização do solo

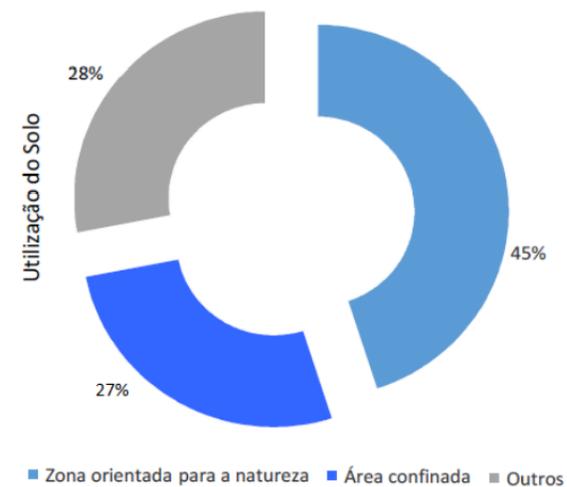


Gráfico 52 – Formas de utilização do solo no respeitante à biodiversidade

7.3

Síntese dos Indicadores Ambientais

Tabela 8 – Resumos dos valores dos indicadores ambientais

Descritores	Indicadores Ambientais (A)	Valores A 2019	Valores A 2020	Valores A 2021	Valores Referência (B)	Valores B 2019	Valores B 2020	Valores B 2021	Unidades (A/B)	Valores R 2019	Valores R 2020	Valores R 2021
Energia	Consumo Energia Elétrica (kWh)	2.878.643	2.570.265	2.887.521	Horas de Manutenção	126.679	121.986	125.396	(kWh/h)	22,72	21,07	23,03
	Consumo Energia Renovável (kWh)	1.537.159	1.595.040	1.172.970	Consumo Energia Elétrica	2.878.643	2.570.265	2.887.521	%	53	62	41
	Consumo de Diesel (L)	171.416	132.543	120.371	Número de Indivíduos	717	647	622	(L/ind)	239,05	204,86	193,60
	Consumo de Diesel no transporte (L)	96.919	86.921	86.624	Quilômetros percorridos	790.680	645.443	707.145	(L/Km)	0,12	0,14	0,12
	Consumo de Gasolina (L)	863	211	760	Número de Indivíduos	717	647	622	(L/ind)	1,20	0,33	1,22
	Consumo de Gás Natural (m³)	259.604	255.065	297.425	Horas de Manutenção	126.679	121.986	125.396	(m³/h)	2,05	2,09	2,37
	Consumo de GPL (m³)	2.739	5.716	4.065	Número de Indivíduos	717	647	622	(m³/ind)	3,82	8,83	6,54
Água	Consumo de Água (m³)	67.156	77.864	103.547	Horas de Manutenção	126.679	121.986	125.396	(m³/h)	0,53	0,64	0,83
	Água Residual Tratada (m³)	35.923	35.695	43.631	Número de Indivíduos	717	647	622	(m³/ind)	50,10	55,17	70,17
Resíduos	Resíduos Sólidos Urbanos (kg)	101.60	90.480	80.620	Número de Indivíduos	717	647	622	(Kg/ind)	141,1	139,8	129,7
	Outros Resíduos (kg)	245.789	214.826	273.716	Horas de Manutenção	126.679	121.986	125.396	(Kg/h)	1,94	1,76	2,18
	Valorização Resíduos	237.602	198.859	246.160	Total Resíduos Produzidos	346.949	305.306	354.336	%	68	65	69

Tabela 9 – Resumos dos valores dos indicadores ambientais

Descritores	Indicadores Ambientais (A)	Valores A 2019	Valores A 2020	Valores A 2021	Valores Referência (B)	Valores B 2019	Valores B 2020	Valores B 2021	Unidades (A/B)	Valores R 2019	Valores R 2020	Valores R 2021
Material	Consumo de Papel (kg)	2.692	2.568	2.438	Número de Indivíduos	717	647	622	(kg/ind)	3,75	3,97	3,92
	Consumíveis de Impressão (Und)	272	221	200	Número de Indivíduos	717	647	622	(kg/ind)	0,38	0,34	0,32
	Produtos Químicos (L)	2.825	1.931	1.551	Horas de Manutenção	126.679	121.986	125.396	(L/h)	0,022	0,016	0,012
	Material Têxtil (kg)	548	747	1.102	Número de Indivíduos	717	647	622	(kg/ind)	0,76	1,15	1,77
Utilização do Solo	Área orientada para natureza (ha)	209,40	209,40	209,40	Área Total do Solo	467,67	467,67	467,67	%	45	45	45
	Área confinada (ha)	125,10	125,10	125,10	Área Total do Solo	467,67	467,67	467,67	%	27	27	27
	Área de inculco	133,17	133,17	133,17	Área Total do Solo	467,67	467,67	467,67	%	28	28	28
Emissões	Emissões totais de GEE (tonCO ₂ eq)	5.473	9.830	7.587	Horas de Manutenção	126.679	121.986	125.396	(tonCO ₂ eq /h)	0.043	0.081	0.061
	Emissões de GEE no transporte (tonCO ₂ eq)	140,4	114.585	125.539	Número de saídas	3.208	2.437	2.587	(tonCO ₂ eq / saídas)	43,76	47,02	48,53
	Emissões de SO ₂ (tonCO ₂ eq)	71	145	103	Horas de Manutenção	126.679	121.982	125.396	(kg/h)	0,56	1,19	0,82
	Emissões de NO _x (tonCO ₂ eq)	5.663	10.809	8.002	Horas de Manutenção	126.679	121.986	125.396	(kg/h)	44,7	88,4	63,8
	Emissões de PM ₁₀ (tonCO ₂ eq)	65	92	68	Horas de Manutenção	126.679	121.986	125.396	(kg/h)	0,51	0,73	0,54





8. REQUISITOS LEGAIS

8.1.

Principais Requisitos Legais

Atendendo às características próprias e à elevada variedade de atividades desenvolvidas, a Base Aérea N.º 5 assemelha-se a uma pequena cidade.

Este conjunto de atividades, que se encontra relacionado com os aspetos ambientais da Unidade, compreende, entre outras matérias, a gestão e abastecimento de água para consumo, bem como o saneamento e tratamento de águas residuais, a produção e distribuição dos vários tipos de energia, os serviços administrativos, de alojamentos e residências, a confeção e serviço de alimentação, o transporte de recursos humanos e de bens materiais, a prestação de serviços de saúde e de assistência e socorro, bem como as diversas atividades de manutenção em infraestruturas, armamento, equipamentos auxiliares e viaturas, aeronaves e espaços verdes.

Cada atividade acima descrita, apresenta uma componente ambiental associada, podendo influenciar o meio ambiente tanto de forma positiva como negativa.

Assim, as mesmas disposições legais aplicáveis à Unidade encontram-se representadas simultaneamente em diversas atividades, mas expressam-se de acordo com o serviço em questão. No entanto, podem identificar-se isenções na legislação devido ao contexto militar previsto em alguns diplomas.

Apesar das isenções existentes, a Unidade encontra-se empenhada na aplicação dos esforços necessários com o intuito de cumprir com os requisitos legais ambientais dentro das suas possibilidades, sem comprometer o cumprimento da missão, a segurança do espaço aéreo nacional.

Tal como referenciado anteriormente, a listagem de documentação legal é extensa e a sua atualização faz parte do processo de registo do SGA, pelo que são apresentadas, de seguida, apenas as principais referências que tutelam a gestão ambiental na Unidade, o desempenho relativo à sua aplicação, bem como a conformidade face aos requisitos legais.

Tabela 10 – Principais requisitos legais aplicáveis à BA5

Descritores Ambientais	Principais requisitos aplicáveis	Conformidade Legal
Água para consumo humano	Autorização de captação Cumprimento dos volumes limite de captação Registos e comunicação a entidades competentes Taxa de Recursos Hídricos	Furo ACA24 -227/2008 Furo PS2 - 223/2008 Furo PS1 - A006662.2016.RH4 de 2016/05/24, aumento de captação Volumes limite de captação conformes Comunicação à ARH Pagamento conforme, efetuado a 10/05/2022
Água residual tratada	Autorização de descarga Cumprimento Plano Monitorização Cumprimento Valores Limite de Descarga Registos e comunicação a entidades competentes	ETAR - licença L011058.2021.RH4A Fossa séptica do Hangar A (EMAE) com licença nº P007309.2016.RH04 Fossa séptica dos mísseis com licença nº P006836.2016.RH4 5 separadores de hidrocarbonetos com licenças nº: L006898.2016.RH4, L006891.2016.RH4, L006896.2016.RH4, L006863.2016.RH4, L006971.2016.RH4. Planos de monitorização, valores limite, registo e comunicação realizados
Ar – Fontes Fixas	Cumprimento Planos de Monitorização Cumprimento Valores Limite de Emissão Aspetos construtivos das chaminés	Última monitorização efetuada: Relatório nº LCA.208.224 de 05/09/2018 Valores limite conformes em 2018 Parecer da CCDR a 09/10/2018 a isentar 14 fontes de monitorização Comunicação CCDR a 18/05/2020 a confirmar isenção das restantes fontes. Construção conforme
Ar – ODS	Inventário Equipamentos Utilização de substâncias permitidas Verificação de fugas Qualificação Técnicos	RCO.04.05 Quantidades de ODS e Gases Fluorados. Conforme – R22, Fichas preenchidas Conforme, Certificado 3751/19-F-C Certificado FLU1737 até 10/03/2029
Ar – Gases Fluorados e refrigerantes	Inventário Equipamentos Verificação periódica de fugas Qualificação Técnicos	RCO.04.05 Formulário submetido a 20/04/2022 Certificado FLU1737 até 10/03/2029
Armazenamento de combustíveis. Petróleo e derivados	Licenciamento Verificações periódicas	Licenciamento SIINFRAS nº 125-229, 125-497, 125-213, 125-505, 125-507, 125-508 Verificações a 21/11/2018 pela Gascontrol, Controlo Ambiental e Pesquisa de Gases, Lda. (certificados nº OH163, OH164, OH165, OH166, OH167, OH168, OH169, OH170, OH171, OH172, OH173)
Equipamentos com Gases Criogénicos	Registo Autorização de funcionamento Licenciamento	Tanques Oxigénio: Instalação e autorização nº 014319/C e 014320/C Tanques Azoto: Instalação e autorização nº 014318/C e 014321/C Processos renovados a 28/02/2019, válidos até 11/10/2033

Descritores Ambientais	Principais requisitos aplicáveis	Conformidade Legal
Floresta	Plano de Gestão Florestal	Plano de Gestão Florestal revisto pela ACHAR – Associação de Agricultores de Charneca a 09/08/2018
Gestão de Resíduos- Industriais, Urbanos, Hospitalares, Pneus	Classificação dos resíduos Minimização / separação na origem Transporte Destino final autorizado Quantificação Registo e comunicação a entidades competentes (MIRR)	Transporte efetuado com e-GAR para operadores licenciados. Hospitalares - contrato com Cannon Hygiene EPR: Direção Saúde da FA Parques de Resíduos na Unidade, PATRI 1 e PATRI 2. Código APA – APA00079419 Pagamento DUC conforme, efetuado a 17/02/2022 Submissão MIRR2021 a 21/02/2022, retificado a 28/04/2022
Pilhas e Acumuladores usados	Responsabilidade na gestão dos resíduos Destino final	ELETRÃO, APA07539443 Veólia, APA00038893 Emitidas e-GAR, operação R12 e R13
Óleos Usados	Responsabilidade na gestão dos resíduos Destino final	SOGILUB, acordo PROU N° 10099521, renovação do selo de Certificado Ecolub 2022 SISAV, APA00084057 Emitidas e-GAR, operação R09
Óleos Usados Alimentares	Responsabilidade na gestão dos resíduos Destino final	BioAdvance, APA02508423 Emitidas e-GAR, operação R09
REEE	Responsabilidade na gestão dos resíduos Destino final	Veólia, APA00038893 Emitidas e-GAR, operação R13
Radiações eletromagnéticas	Plano Verificação	Plano elaborado anual apenas para Unidades que detêm estações de radiocomunicação em utilização (Base Aérea N°5 excluída). Verificação efetuada em 2015 em conformidade (Nota N°4565, de 18/02/2015, da DCSI)
Segurança Contra Incêndios	Plano Verificações periódicas extintores	Manual da Força Aérea – Sistema Integrado de Prevenção contra Incêndios Verificações em conformidade Verificadores certificados n° 151.T.GFE.12 em 08/03/2018
Substâncias perigosas	Classificação, Embalagem e Rotulagem Fichas de Dados de Segurança	Fichas de Dados de Segurança em Português, excluindo as relativas aos produtos de aplicação exclusiva em aeronáutica e importados diretamente pela Organização militar.
PCB	Comunicação de equipamentos que contêm PCB	Efetuados ensaios através da DI aos equipamentos suscetíveis de possuírem PCB Ensaio realizado pela Greenlab – Gestão e Manutenção de Transformadores, Lda. Equipamentos livres de PCB (relatórios n.º LOI190420, LOI190421, LOI190422, LOI190423, LOI190424, LOI190425, LOI190426 de 05ABR2019).
Transporte de Matérias Perigosas	Viaturas Condutores Conselheiro Segurança	Viaturas inspecionadas e em conformidade. Condutores com licença ADR para combustíveis e explosivos. Conselheiro de segurança com certificado n° 1682/2019, válido até 29/11/23



9. PARTES INTERESSADAS

9. Partes Interessadas

A comunicação é um ponto essencial na eficácia do SGA da BA5, uma vez que permite não só uma maior envolvimento dos militares e civis da Unidade, como também aumentar a consciencialização para as questões ambientais.

Esta preocupação permite à BA5 criar sinergias com as partes interessadas, indo ao encontro das suas expectativas.

Assim, são promovidas diversas atividades, formações e sensibilizações no domínio ambiental, que visam responder às necessidades de comunicação da Unidade e, por outro lado, asseguram a disponibilização de informação ao público.

A principal informação comunicada internamente é referente, de forma geral, à Política Ambiental, objetivos e metas, à atribuição de funções e responsabilidades ambientais, à divulgação dos requisitos de legislação

ambiental, à análise do desempenho ambiental, aos procedimentos relativos às tarefas que afetam aspetos ambientais significativos e aos principais riscos e procedimentos de resposta a emergências.

Este processo permite, não só, uma sensibilização junto do pessoal da Unidade e das partes interessadas, como também, por outro lado, viabiliza a implementação mais capaz de medidas de precaução face às ocorrências ambientais reportadas.

Para efetuar a comunicação destes temas, junto do pessoal dos vários setores da BA5, podem ser utilizados diversos métodos de comunicação, nomeadamente as reuniões, ações de formação, impressos de comunicação interna, artigos no jornal ou página da intranet, *GroupWise*, placards, cartazes, panfletos, caixas de sugestões e qualquer comunicação verbal.





PESA
PLANO ESTRATÉGICO DE
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

GESTÃO
AMBIENTAL
VERIFICADA
PT-000115

NA BASE DA AVIAÇÃO DE CAÇA

TAMBÉM DEFENDEMOS O

AMBIENTE

PRINCIPAIS DISTINÇÕES

<p>24^a ED. PDNA</p>  <p>PREMIO DEFEZA NACIONAL DE AMBIENTE</p>	 <p>EMAS PREMIOS 2017</p>	 <p>23^o PREMIO NACIONAL DE AMBIENTE</p>	 <p>EUROPEAN ENTERPRISE PROMOTION AWARDS 2013</p>	<p>27^a ED. PDNA</p>  <p>PREMIO DEFEZA NACIONAL DE AMBIENTE</p>
---	--	---	--	---

A BA5 tem dado primazia à formação e sensibilização contínua dos seus trabalhadores, considerando que esta aposta é essencial para a melhoria do seu desempenho ambiental. Desta forma, quer o GQA, na Unidade, quer os próprios DST&A, nas suas secções em particular, têm a responsabilidade de realizar ações de sensibilização que integram as temáticas ambientais, como foi o caso da organização do *Safety Day*, evento de promoção de segurança previsto pelo programa de prevenção de acidentes da Unidade, que aborda assuntos no âmbito da segurança de voo, segurança em terra, saúde no trabalho e segurança ambiental.



Imagem 1 - Sessão online do Safety Day

No âmbito da segurança, a BA5 participou ainda no Fallcon21, exercício integrado com a Proteção Civil, onde se simulou um acidente com F16 numa área de baixa densidade populacional nos arredores da Unidade, com o objetivo de treinar os procedimentos de resposta militar e civil. Estiveram envolvidos 120 operacionais e 28 viaturas, civis e militares, numa cooperação entre os vários meios de salvamento, assistência e socorro das diferentes entidades. Para além da coordenação do Gabinete de Prevenção de Acidentes da BA5 no planeamento e execução do exercício, participaram também equipas de assistência e socorro com viaturas de emergência, de hidrazina e de armamento.



Imagem 2 - Exercício do Fallcon21

Além destas comunicações, nos últimos anos a BA5 tem-se disponibilizado para participar em palestras e conferências fora da Unidade, que permitem divulgar os seus desempenho e contributos ambientais, bem como reforçar a relação com as partes interessadas. Caso disso foi a participação no *WATER World Forum for Life*, uma iniciativa que visava abordar a sustentabilidade ambiental e as boas práticas de preservação do ambiente de uma forma transversal. A BA5 marcou presença no painel referente à Economia Circular, abordando os benefícios ambientais resultantes do Programa MLU.



Imagem 3 - Participação no WATER World Forum for Life

A BA5 assinalou ainda o Dia Mundial do Ambiente com a aprovação do seu Plano Estratégico de Sustentabilidade Ambiental (PESA BA5), que estabelece as principais linhas para a Sustentabilidade Ambiental que conduzem ao cumprimento cabal da missão de forma cada vez mais livre de carbono. Pretende-se com o PESA BA5 priorizar as ações e potenciar as oportunidades de forma estratégica e articulada com as capacidades e necessidades da Unidade, tendo em vista a descarbonização das atividades, promoção da utilização eficiente de recursos e o incentivo para projetos de investigação e desenvolvimento.



Imagem 4 - Plano Estratégico de Sustentabilidade Ambiental



PRINCIPAIS OBJETIVOS

- 86%** Redução das Emissões de GEE
- 10%** Reforço das fontes renováveis no consumo final de energia
- 20%** Redução consumo energia primária
- 100%** Sequestro de carbono

Em 2021 a BA5 recebeu ainda um grupo de estudantes universitários americanos que integraram o SIT Portugal, que se trata de um programa imersivo de sustentabilidade dedicado exclusivamente ao estudo da cultura verde. Com o propósito de oferecer aos estudantes universitários um contacto com os mais diversos projetos no âmbito da sustentabilidade, o programa acautela aulas e excursões académicas e educativas, para que haja um contacto direto entre os estudantes e as organizações. Assim, fruto dos projetos ambientais desenvolvidos na Unidade, a base da aviação de caça integra o conjunto de organizações que servem de referência para o programa.



Imagem 5 - Grupo de estudantes americanos do programa SIT Portugal

A BA5 foi ainda premiada com o 27.º Prémio Defesa Nacional e Ambiente, com a candidatura “A Base para a Neutralidade Carbónica”. O prémio foi entregue numa cerimónia realizada em outubro, em Monte Real. A cerimónia foi presidida pelo Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, marcando presença também o Ministro do Ambiente e da Ação Climática (MAAC), João Matos Fernandes. O Prémio Defesa Nacional e Ambiente foi criado em 1 de julho de 1993 e tem por objetivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas Portuguesas e nas entidades afetas à Defesa.



Imagem 6 - Entrega do certificado do 27.º Prémio Defesa Nacional e Ambiente



Imagem 7 - Vencedores do 27.º Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Durante a Cerimónia de entrega do 27.º Prémio Defesa Nacional e Ambiente, realizada no dia 25 de outubro, na BA5, em Monte Real, houve espaço para a apresentação do livro “Base Aérea 5 Anos EMAS”, da autoria do Tenente Filipe Delgado. O livro foi apresentado pelo Brigadeiro-General João Caldas. Este livro, que relata a história da certificação EMAS na BA5, foi oferecido ao Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, e ao Ministro do Ambiente e da Ação Climática (MAAC), João Matos Fernandes, bem como a todos os Comandantes que passaram em Monte Real e que estiveram envolvidos no processo de certificação.



Imagem 8 - Capa do livro “Base Aérea 5 Anos EMAS”

A fim de avaliar as atividades desenvolvidas no GQA, foram elaborados e divulgados questionários, junto de todas as partes interessadas, nomeadamente os militares e civis da Unidade, bem como as restantes entidades, organizações e pessoas. Os resultados destes questionários revelam que as partes interessadas avaliam positivamente o trabalho do GQA, com uma média superior a 8 valores em 10, havendo, porém, alguma margem de melhoria, indo ao encontro de um dos principais requisitos da certificação EMAS, que é, precisamente, a melhoria contínua.

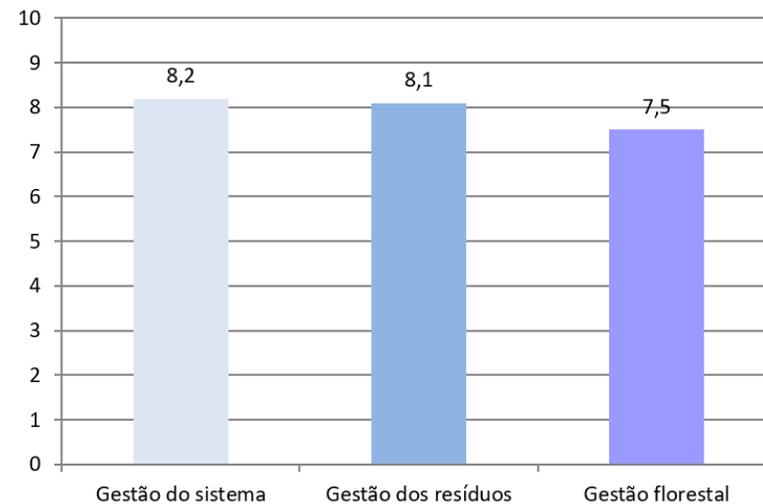


Gráfico 53 – Avaliação da atividade do GQA pelos militares e civis da BA5

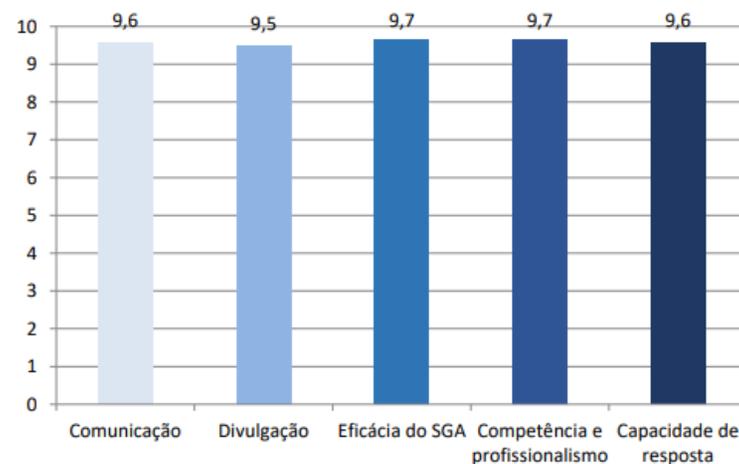


Gráfico 54 - Avaliação da atividade do GQA pelas Partes Interessadas



10. VERIFICADOR AMBIENTAL



FORÇA AÉREA 

A APCER - Associação Portuguesa de Certificação, com o número de registo de verificador ambiental EMAS PT-V-0001 acreditado para o âmbito Actividades de defesa (Código NACE 84.22), que compreende as atividades desenvolvidas na Base Aérea N.º 5 para a produção de horas de voo, entre as quais a manutenção de aeronaves, de viaturas e equipamentos auxiliares, declara ter verificado se o local de atividade, tal como indicado na declaração ambiental, da organização

Base Aérea n.º5

Serra Porto de Urso
2425-022 Monte Real

com o número de registo PT-000115, cumpre todos os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, alterado pelo Regulamento (UE) 2017/1505, de 28 de agosto, e pelo Regulamento (UE) 2018/2026, de 19 de dezembro de 2018, que permite a participação voluntária de organizações num Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS).

Assinando a presente declaração, declaro que:

- A verificação e a validação foram realizadas no pleno respeito dos requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, na sua atual redação;
- O resultado da verificação e validação confirma que não existem indícios do não cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em matéria de ambiente;
- Os dados e informações contidos na declaração ambiental, do local de atividade refletem a imagem fiável, credível e correta de todas as atividades do local de atividade, no âmbito mencionado na declaração ambiental.

O presente documento não é equivalente ao registo EMAS. O registo EMAS só pode ser concedido por um organismo competente ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, na sua atual redação. O presente documento não deve ser utilizado como documento autónomo de comunicação ao público

Feito no Local, em 23 de junho de 2022,

José Leitão
CEO

Maria Segurado
Auditora



BASE AÉREA N. 05
MONTE REAL
FORÇA AÉREA PORTUGUESA



EMAS

GESTÃO
AMBIENTAL
VERIFICADA
PT-000115

